



Boletim Mensal de Actividade Económica

Nº 11/2007

Índice

Sumário	2
Seleção de Indicadores de Actividade Económica	3
Conjuntura	4
1. Conjuntura Internacional	4
2. Conjuntura Nacional	9
3. Dinâmica Sectorial	13
Artigos	
4. Ensaio: Economic Growth in the EU: Institutions and Governance issues por: Annette Bongardt and Francisco Torres	18
5. Competitividade: Global Competitiveness Index (CGI) 2007	26
6. Agenda	31
Abreviaturas Utilizadas	37

Sumário

- A OCDE, no seu recente Economic Outlook (Dezembro de 2007), reviu em baixa de 0,1 p.p. as previsões anteriores de crescimento da **Zona Euro** para 2007, fixando a sua estimativa em 2,6%.
- Em Novembro de 2007, o **preço relativo do petróleo importado** situou-se em cerca de 59,6% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979.
- As **Contas Nacionais trimestrais** recentemente divulgadas pelo INE reviram em alta de 0,1 p.p. e 0,3 p.p. o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), respectivamente no primeiro e segundo trimestres de 2007, e apontam para um crescimento de 1,8% em termos homólogos no terceiro trimestre, em ligeira desaceleração face ao 2º trimestre (1,9%). Esta desaceleração foi determinada pela evolução da procura externa líquida que reduziu o seu contributo para o crescimento do PIB (-0,1 p.p. contra 0,8 p.p. no 2º trimestre) ao mesmo tempo que aumentou o contributo da procura interna (1,9 p.p. contra 1,0 p.p. no 2º trimestre).
- No que respeita aos indicadores do **Consumo Privado** já disponíveis para o 4º trimestre de 2007, os sinais apontam no sentido da manutenção de um crescimento moderado, num contexto de aumento das taxas de juro.
- Relativamente ao **Investimento**, os indicadores avançados sugerem uma nova melhoria, extensível à componente Construção. As vendas de cimento acentuaram em Outubro (14,9% VH) a tendência positiva do 3º trimestre de 2007 (1,8% VH), registando o valor mensal mais elevado desde Dezembro de 2001.
- No que se refere ao **comércio externo**, os valores divulgados pelo Banco de Portugal para Outubro de 2007, apontam para crescimentos nominais homólogos de cerca de 8,8% nas exportações de bens e serviços (8,2% no 3º trimestre de 2007) e de cerca de 7,5% nas importações (6,6% no 3º trimestre).
- As **Contas Nacionais** publicadas pelo INE relativas ao 3º trimestre de 2007 apontam para um crescimento homólogo do Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 1,8%. Os sectores que mais contribuíram para o crescimento do VAB foram os Outros Serviços, seguida do Comércio, Restaurantes e Hotéis e da Indústria.
- No que respeita à **Indústria**, o Índice de Produção Industrial acelerou em Outubro (3,6%) face ao 3º trimestre (1,4%). Também o Índice de Volume de Negócios na Indústria acelerou significativamente no mês de Outubro, situando-se o seu valor (9,4%) acima do registado no 3º trimestre (3,5%), devido ao bom desempenho quer da componente Mercado Nacional quer do Mercado Externo.
- No sector dos **Serviços**, o Índice do Volume de Negócios acelerou em Outubro (5,5 VH M3M) face ao 3º trimestre (5,2 VH, M3M) e o Volume de Vendas (Novembro) registou uma melhoria significativa face ao nível registado no 3º trimestre, em linha com o maior dinamismo da procura interna.
- No sector do **Comércio**, há a registar uma melhoria do Indicador de confiança em Outubro e Novembro face ao aos níveis do 3º trimestre, extensível ao Comércio a Retalho e ao Comércio por Grosso. Assinala-se ainda, no sector do Comércio a Retalho, uma melhoria no Índice do Volume de Negócios em Outubro (0,9%, M3M) face ao valor do 3º trimestre (0,5%, M3M) bem como dos níveis de Emprego.
- No Global Competitiveness Report, recentemente divulgado pelo Fórum Económico Mundial, são analisados dois índices, o Global Competitiveness Index (GCI) 2007, que mede o potencial produtivo e competitivo das nações e o Business Competitiveness Index (BCI) 2007 que complementa o GCI, centrando-se em factores considerados essenciais para a competitividade a nível micro económico. No ranking do GCI 2007, o top 10 das economias mais competitivas é liderado pelos EUA, seguidos da Suíça. **Portugal** ocupa a 40ª posição e está à frente da Itália (46º lugar), da Grécia (65º lugar) e de oito países dos recentes alargamentos da UE e atrás da Espanha (29º).

SELECÇÃO DE INDICADORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Última actualização	Unidade	II TR 06	III TR 06	IV TR 06	I TR 07	II TR 07	III TR 07	Mai 07	Jun 07	Jul 07	Ago 07	Set 07	Out 07	Nov 07
Indicador de Actividade Económica	INE	20-11-2007	MSM	0,7	0,7	0,6	1,2	1,8	2,2	1,5	1,8	2,2	2,3	2,2		
Indicador Coincidente	BP	23-11-2007	VH	0,7	1,1	1,4	1,7	2,1	2,3	2,1	2,2	2,3	2,3	2,3	2,3	
Indicador de Clima Económico	INE	30-11-2007	SRE/MSM	0,2	0,6	0,6	0,9	1,4	1,2	1,2	1,4	1,3	1,2	1,2	1,3	1,2
Indicador de Sentimento Económico	CE	30-11-2007	SRE	92,2	95,5	98,4	100,3	101,8	100,7	102,0	101,9	100,9	99,1	102,0	99,8	104,5
Indicador Composto Avançado	OCDE	07-12-2007	LI 6M	6,0	6,5	6,2	5,9	3,8	2,6	3,3	3,5	3,0	2,8	2,0	2,0	
Indicador de FBCF	INE	20-11-2007	MSM	-5,3	-2,5	-5,8	0,1	-0,1	4,2	-0,5	-0,1	8,1	8,5	4,2		
Vendas de Cimento	BP	22-11-2007	VH	-7,8	-8,9	-6,9	-4,0	-3,9	1,8	-5,4	-5,3	5,8	-1,1	0,4	14,9	
Importação de Bens de Investimento	INE	10-12-2007	VH	25,2	18,5	10,8	20,3	16,5	##	1,7	32,2	14,7	-21,9	15,2		
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	ACAP	05-12-2007	VH	-11,6	-2,4	3,5	-1,3	40,2	-5,5	34,7	72,7	-19,9	31,2	-19,9	-12,9	-8,6
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	ACAP	05-12-2007	VH	24,8	52,0	-33,3	-1,6	-4,7	-19,6	148,3	88,0	37,2	51,0	-55,5	139,0	109,7
Indicador Coincidente do Consumo Privado	BP	23-11-2007	VH	0,7	1,1	1,6	1,5	1,6	1,4	1,6	1,6	1,5	1,4	1,2	0,9	
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	30-11-2007	VE/MSM	-36,2	-31,9	-31,0	-33,2	-32,9	-35,5	-33,0	-32,9	-33,2	-34,6	-35,5	-36,8	-37,9
Índice Volume Vendas Comércio a Retalho	INE	30-11-2007	SRE/VE	-14,6	-15,3	-6,2	-13,2	-5,7	-1,6	-10,7	-0,9	5,4	4,1	-14,2	-3,2	-11,3
Importação de Bens de Consumo	INE	10-12-2007	VH	4,8	6,4	10,1	9,0	0,8	2,5	0,4	-3,0	6,8	6,0	-4,8		
Procura Interna Bens Consumo Ind. Transf.	INE	30-11-2007	SRE/VE	-30,3	-30,3	-27,0	-23,7	-21,3	-20,7	-23,0	-19,0	-26,0	-15,0	-21,0	-25,0	-32,0
Vendas de Veículos Ligeiros Passageiros	ACAP	05-12-2007	VH	-9,2	-3,3	-7,2	-5,4	-0,1	13,5	1,8	2,7	20,2	12,8	4,2	10,1	8,1
Indicador de Confiança na Indústria Transformadora	INE	30-11-2007	VE/MSM	-9,2	-5,7	-6,1	-2,0	-1,1	-1,9	-1,1	-1,1	-2,0	-2,6	-1,9	-1,3	-1,2
Indicador de Confiança na Construção	INE	30-11-2007	VE/MSM	-47,7	-47,7	-48,7	-43,8	-40,7	-38,7	-41,0	-40,7	-40,7	-39,5	-38,7	-38,3	-41,3
Indicador de Confiança no Comércio	INE	30-11-2007	VE/MSM	-9,5	-6,8	-6,3	-6,3	-6,5	-7,5	-6,1	-6,5	-7,6	-7,8	-7,5	-6,6	-6,0
I. Confiança nos Serviços Prestados às Empresas	INE	30-11-2007	VCS/MSM	1,7	4,5	7,2	6,6	9,1	9,4	9,4	9,1	8,3	7,9	9,4	9,1	12,6
Índice Volume Negócios na Ind. Transformadora	INE	04-12-2007	VH, MSM	4,9	7,1	7,1	7,1	5,2	3,4	6,3	5,2	5,2	4,6	3,4	3,6	
Índice Vol. Neg. Comércio a Retalho (Deflacionado)	INE	30-11-2007	VH, MSM	-0,7	3,4	1,2	1,7	0,1	0,5	0,6	0,1	0,7	1,6	0,5	0,9	
Índice Volume Negócios nos Serviços	INE	12-11-2007	VH, MSM	-0,7	2,9	0,2	3,7	4,0	5,2	4,1	4,0	4,0	5,4	5,2	5,5	
Índice de Produção Industrial - Total	INE	30-11-2007	VH/VCS	2,2	3,6	4,2	4,3	1,6	1,4	2,2	-0,2	2,1	0,8	1,2	3,6	
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	INE	30-11-2007	VH/VCS	1,5	3,5	2,5	4,7	3,6	2,2	3,7	0,8	3,2	2,0	1,5	5,9	
Receitas na Hotelaria	INE	13-12-2007	VH	11,7	11,2	5,8	9,1	6,7	11,1	-1,2	18,2	11,8	8,1	14,1	21,0	
Dormidas na Hotelaria - Portugal	INE	13-12-2007	VH	9,8	5,7	6,9	6,1	4,4	5,6	5,5	6,2	7,2	3,8	6,3	5,8	
Norte	INE	13-12-2007	VH	17,0	10,6	12,5	12,0	6,5	10,8	6,2	12,6	10,0	8,7	14,3	10,6	
Centro	INE	13-12-2007	VH	8,7	6,8	11,0	6,9	5,7	10,7	4,9	8,6	13,4	9,2	10,3	18,6	
Lisboa	INE	13-12-2007	VH	15,7	10,8	15,8	8,0	3,4	7,2	2,7	4,9	11,6	5,7	5,0	1,1	
Alentejo	INE	13-12-2007	VH	4,4	1,0	14,6	15,6	12,2	15,6	9,4	22,2	13,5	20,8	10,5	2,3	
Algarve	INE	13-12-2007	VH	5,5	3,9	2,3	5,1	3,9	2,3	7,4	3,9	3,1	0,1	4,5	6,6	
R.Açores	INE	13-12-2007	VH	12,2	6,0	5,2	14,3	-0,6	0,6	-1,3	4,3	2,4	0,9	-1,8	-4,4	
R.Amadeira	INE	13-12-2007	VH	9,9	1,2	-3,2	-0,2	4,9	6,7	6,0	7,8	11,3	3,2	6,6	2,8	
Nº de Desempregados (média trimestral)	IEFP	21-11-2007	Unid.	456 254	440 810	454 469	449 942	402 262	393 179	397 482	388 619	389 571	392 038	397 928	398 793	
Preço de importação do petróleo (USD)	Galp Energia	14-12-2007	VH	35,1	16,0	2,2	-5,2	3,3	7,1	-1,6	11,2	0,3	5,7	16,9	46,3	49,9
Preço relativo do petróleo (USD)	GEE	14-12-2007	VH 1979=100	54,2	56,3	45,9	44,2	51,4	54,3	49,6	54,7	54,9	55,6	52,3	56,2	59,6
Preços no Consumidor (IHPC)	INE	14-12-2007	VM12	-	-	-	-	-	-	2,7	2,6	2,5	2,5	2,4	2,4	2,4
Preços Consumidor (IHPC) (Zona Euro 13)	Eurostat	14-12-2007	VM12	-	-	-	-	-	-	2,0	1,9	1,9	1,8	1,9	1,9	2,0
B. Bens e Serviços	BP	22-11-2007	VH	7,4	8,8	5,4	2,9	5,4	5,5	5,4	1,1	7,5	6,4	2,7		
Importações: Bens	BP	22-11-2007	VH	9,8	8,9	4,1	3,0	5,5	12,8	5,4	2,4	9,0	13,3	16,7		
Serviços	BP	22-11-2007	VH	7,8	8,8	5,2	2,9	5,4	6,6	5,4	1,3	7,8	7,6	4,7		
Bens e Serviços	BP	22-11-2007	VH	12,9	13,5	13,2	12,3	8,9	5,0	4,8	7,2	10,3	1,7	2,2		
Exportações: Bens	BP	22-11-2007	VH	15,0	15,0	15,1	16,1	15,0	14,4	16,0	11,5	18,6	12,0	12,6		
Serviços	BP	22-11-2007	VH	13,4	14,0	13,7	13,3	10,6	8,2	7,9	8,4	12,9	5,9	5,3		
Bens e Serviços	BP	22-11-2007	VH	13,1	26,8	10,7	12,7	8,8	14,1	23,2	47,9	55,5	-20,8	52,9		
Balança Pagamentos Tecnológica: Crédito	BP	22-11-2007	VH	4,9	-8,9	-1,1	0,8	-2,8	36,5	-14,7	-2,1	28,1	-0,8	128,7		
Débito	BP	22-11-2007	VH													
T. Cobertura	BP	22-11-2007	(%)	79,3	112,4	99,9	107,9	112,6	91,8	107,6	113,4	129,7	103,6	63,9		

COMERCIO INTERNACIONAL - EXPORTAÇÕES

'Exportações' de mercadorias - (peso no total e t.v.h)

Taxas de variação homóloga em valor das 'exportações' por agrupamentos de produtos

	2002	2003	2004	2005	2006	últimos 12m até Set 07							últimos 12m até Set 07
							Estr. 06	02/01	03/02	04/03	05/04	06/05	
UE-25	81,3	81,0	80,9	80,0	77,4	76,8	19,8	3,5	2,6	2,2	1,3	19,0	15,4
t.v.h.	1,9	2,1	6,1	1,7	8,8	8,4							
Espanha	20,9	23,8	25,8	27,0	27,4	27,8	13,2	-2,9	4,9	6,1	-5,9	6,2	11,0
t.v.h.	10,3	16,5	15,4	7,5	14,0	11,0	11,0	-4,8	-2,5	-4,6	-8,2	-2,3	1,4
Terceiros	18,7	19,0	19,1	20,0	22,6	23,2	10,3	10,2	11,2	15,0	14,0	10,7	7,8
t.v.h.	1,3	4,4	7,1	7,4	26,8	14,4	8,7	6,6	6,2	34,3	10,8	29,3	16,9
							8,7	0,9	2,7	1,7	1,6	8,0	7,9
							8,7	9,8	1,5	9,6	12,6	11,6	13,6
							18,0	2,6	0,2	7,2	7,4	15,8	4,3
Total da Saída							100,0	1,8	2,5	6,3	2,8	12,4	9,8

Nota: Quebra de série em 2004. Passa a incluir estimativa abaixo do limiar e das não-respostas no comércio Intra-UE.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2000 a 2006 - últimas versões; 2007 - versão preliminar.

Taxa de Cobertura (%)

	2002	2003	2004	2005	2006	últimos 12m até Set 07
	64,5	67,3	64,1	62,5	65,0	67,0

1. Conjuntura Internacional

Apesar da revisão em baixa, pelas várias instituições internacionais, do ritmo de crescimento mundial em 2007 e 2008, devido à recente instabilidade nos mercados financeiros e da crise no mercado imobiliário dos EUA, a actividade económica global permanece favorável. A Comissão Europeia nas suas previsões de Outono (Novembro de 2007) reviu em alta de +0,3 p.p. a estimativa de crescimento para a Economia Mundial em 2007 (prevendo uma taxa de 5,1%) e em baixa de -0,1 p.p. o crescimento para 2008, apontando para 4,7%, devido à turbulência nos mercados financeiros (Quadro 1.1). De acordo com a CE, o crescimento económico mundial em 2008 permanecerá ainda robusto suportado pelo forte crescimento das economias dos mercados emergentes. Contudo, a CE refere que aumentaram os riscos devido à crise mais abrupta do mercado imobiliário nos EUA que conduziu ao aperto das condições de crédito. A magnitude da desaceleração da economia americana constitui a maior incerteza destas projecções, estimando-se, no entanto, que a desaceleração da economia americana seja largamente compensada pela forte expansão de outras regiões, particularmente da Ásia. Segundo a Comissão Europeia, para além dos riscos relacionados com um prolongamento das tensões nos mercados financeiros existem riscos adicionais que incluem pressões inflacionistas, a volatilidade do preço do petróleo, as fortes entradas de capitais nos mercados emergentes e grandes desequilíbrios nas contas externas.

Quadro 1.1

Previsões de Crescimento da Economia Mundial

Taxa de Crescimento Real do PIB em %

	2006			2007			2008		
	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07
MUNDO	5,4	-	5,4	5,2	-	5,1	4,8	-	4,7
OCDE	-	3,1	-	-	2,7	-	-	2,3	-
ZONA EURO	2,8	2,9	2,8	2,5	2,6	2,6	2,1	1,9	2,2
ESPAÑA	3,9	3,9	3,9	3,7	3,8	3,8	2,7	2,5	3,0
ALEMANHA	2,9	3,1	2,9	2,4	2,6	2,5	2,0	1,8	2,1
R. UNIDO	2,8	2,8	2,8	3,1	3,1	3,1	2,3	2,0	2,2
EUA	2,9	2,9	2,9	1,9	2,2	2,1	1,9	2,0	1,7
CHINA	11,1	11,1	11,1	11,5	11,4	11,2	10,0	10,7	10,3
JAPÃO	2,2	2,2	2,2	2,0	1,9	1,9	1,7	1,6	1,9

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Outubro 2007; OCDE, Economic Outlook Nº82, Dezembro 2007; CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Autumn 2007"

Em linha com a evolução prevista para a economia mundial, o FMI estima uma desaceleração do comércio mundial de bens e serviços em 2007 e 2008, face a 2006, tendo revisto em baixa as estimativas de crescimento para os dois anos (Quadro 1.2). Para 2007, estima um crescimento real de 6,6% (9,2% em 2006), em resultado de uma desaceleração no sector industrial, e para 2008 estima uma ligeira recuperação do comércio mundial, para 6,7%.

Quadro 1.2
Comércio Mundial

	2006			2007			2008		
	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07
- Crescimento real do Com. Mundial (%)									
Imp.+ Exp.de bens e serviços	9,2	9,6	..	6,6	7,0	..	6,7	8,1	..
Imp. de bens e serviços *	7,4	7,2	8,3	4,3	3,9	7,2	5,0	5,2	6,7
Exp. de bens e serviços *	8,2	8,6	9,5	5,4	6,5	7,7	5,3	7,0	7,0
Imp.+ Exp.de bens	9,3	6,3	6,9
Imp. de bens *	7,8	..	8,9	3,9	..	7,5	5,1	..	7,0
Exp. de bens *	8,7	4,7	5,4
- Exportações Mundiais em valor (biliões de dólares)									
Bens e serviços	14,697	16,786	18,334
Bens	11,893	13,581	14,854

* FMI - economias avançadas; OCDE - países membros

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Outubro 2007; OCDE, Economic Outlook Nº 82, Dezembro 2007; CE, "Economic Forecasts"-Autumn 2007

De acordo com a estimativa preliminar do *Bureau of Economic Analysis* do Departamento de Comércio, a actividade económica dos **EUA** acelerou no 3º trimestre de 2007, registando o maior crescimento dos últimos 4 anos, ao crescer 4,9% em termos anualizados após 3,8% no 2º trimestre. Esta aceleração reflecte principalmente acréscimos superiores ao esperado nas exportações, no consumo privado e público e no investimento não residencial. A OCDE (Dezembro de 2007) reviu em alta de 0,1 p.p. a estimativa de crescimento para a economia norte-americana em 2007, situando a previsão em 2,2% (Quadro 1.3), em resultado de um acréscimo das exportações e do investimento não residencial superior ao estimado anteriormente. De acordo com a OCDE persistem incertezas na economia dos EUA quanto ao impacto da crise do mercado imobiliário. Adicionalmente continuam a existir riscos associados ao grande défice externo. Para 2008, a OCDE reviu em baixa o crescimento do PIB dos EUA em menos 0,5 p.p., estimando uma taxa de 2,0%.

Quadro 1.3
Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas dos EUA

EUA	2006			2007			2008		
	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07
Crescimento real em %:									
PIB	2,9	2,9	2,9	1,9	2,2	2,1	1,9	2,0	1,7
-Consumo privado	3,1	3,1	3,1	2,9	2,9	2,9	2,2	1,8	1,3
-Consumo Público	1,4	1,4	1,6	1,6	2,0	1,6	1,4	2,4	1,8
-FBCF	2,6	2,6	2,5	-2,4	-2,1	-1,6	-1,3	-1,2	-0,9
-Exportações Bens e Serviços ^(a)	8,9	8,4	8,4	8,0	8,1	7,4	7,0	8,6	8,5
-Importações Bens e Serviços ^(a)	5,8	5,9	5,9	2,9	2,1	2,5	5,0	3,4	1,8
Contributo procura externa líquida p/ PIB	-0,1	-0,1	-0,1	0,4	0,5	0,4	0,3	0,4	0,7
IPC (t.v.)	3,2	3,2	3,2	2,7	2,8	2,7	2,3	2,6	1,9
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	4,6	4,6	4,6	4,7	4,6	4,6	5,7	5,0	5,3
Saldo Global do SPA (% PIB)	-2,6	-2,6	-2,6	-2,6	-2,8	-2,7	-2,9	-3,4	-3,2
Balança Corrente (% PIB)	-6,2	-6,2	-6,1	-5,7	-5,6	-5,4	-5,5	-5,4	-4,9
Taxa de Juro de curto prazo (6 meses)	5,27	5,2	5,2	5,2	5,3	5,3	4,44	4,6	..

(a) FMI - World Economic Outlook, Abril de 2007

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Outubro de 2007; OCDE, Economic Outlook Nº82, Dezembro 2007; Comissão Europeia, Economic Forecasts, Autumn 2007

Relativamente à **Zona Euro**, de acordo com as últimas projecções do Eurostat (Novembro de 2007) no 3º trimestre de 2007 o crescimento do PIB acelerou ligeiramente para os 2,7% (2,5% no 2º trimestre), em resultado de um aumento do crescimento do consumo e do investimento privados. A OCDE, no seu último Economic Outlook (Dezembro de 2007) reviu em baixa de menos 0,1 p.p. as previsões de crescimento da Zona Euro para 2007 fixando a sua estimativa em 2,6% (Quadro 1.4). Para 2008, a OCDE reviu em baixa de

-0,4 p.p. o crescimento económico para a Zona Euro, estimando uma taxa de crescimento do PIB de 1,9% devido a condições de financiamento mais restritivas e ao abrandamento do crescimento das exportações. De acordo com a OCDE, a procura interna, em particular o consumo privado, deverá manter-se como o principal factor de crescimento do PIB da Zona Euro.

Quadro 1.4
Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas da Zona Euro

Zona Euro	2006			2007			2008		
	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07
Crescimento real em %:									
PIB	2,8	2,9	2,8	2,5	2,6	2,6	2,1	1,9	2,2
-Consumo privado	1,8	1,9	1,8	1,6	1,6	1,7	2,1	2,1	2,1
-Consumo Público	1,9	2,0	1,9	2,0	2,1	2,0	1,8	1,6	2,1
-FBCF	5,0	5,2	4,8	4,8	4,4	4,7	3,3	2,2	2,9
-Exportações Bens e Serviços	7,8	-	7,8	6,0	-	5,8	5,5	-	5,3
-Importações Bens e Serviços	7,8	-	7,5	5,6	-	5,3	6,1	-	5,5
Contributo procura externa líquida p/ PIB	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,2	-0,1	0,0	0,0
IHPC (t.v.)	2,2	2,2	2,2	2,0	2,1	2,0	2,0	2,5	2,1
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	7,8	7,7	8,3	6,9	6,8	7,3	6,8	6,4	7,1
Saldo Global do SPA (% PIB)	-1,6	-1,6	-1,5	-0,9	-0,7	-0,8	-1,1	-0,7	-0,9
Balança Corrente (% PIB)	-	0,0	-0,1	-0,2	0,2	0,0	-0,4	-0,1	0,0
Taxa de Juro de curto prazo (3 meses)	3,08	3,1	3,1	4,02	4,3	4,3	4,06	4,2	-

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Outubro de 2007; OCDE, Economic Outlook Nº82, Dezembro 2007; Comissão Europeia, Economic Forecasts, Autumn 2007

Segundo as estimativas mais recentes do Eurostat (Novembro de 2007), o **PIB da Alemanha** estabilizou no 3º trimestre de 2007, crescendo à mesma taxa do trimestre anterior, 2,5% em termos homólogos. A OCDE no seu mais recente *Economic Outlook* (Dezembro de 2007), reviu em baixa de menos 0,3 p.p. as previsões anteriores (Maio de 2007) para o crescimento da economia alemã em 2007, estimando uma taxa de 2,6% (Quadro 1.5). Para 2008, a OCDE reviu também em baixa o crescimento, menos 0,4 p.p., estimando uma taxa de 1,8%. De acordo com a OCDE, a desaceleração prevista do crescimento em 2008, reflecte principalmente uma menor contribuição das exportações líquidas. O investimento privado não residencial e o investimento público continuarão a liderar o crescimento económico em 2008. Estima-se também uma retoma gradual do consumo privado como consequência de uma evolução favorável das condições do mercado de trabalho de um aumento significativo dos salários. Em contrapartida, é provável que a apreciação do euro e a desaceleração da economia mundial, em resultado da turbulência nos mercados financeiros, reduzam o crescimento das exportações.

Quadro 1.5
Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas da Alemanha

ALEMANHA	2006			2007			2008		
	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07
Crescimento real em %:									
PIB	2,9	3,1	2,9	2,4	2,6	2,5	2,0	1,8	2,1
-Consumo privado	1,0	1,1	1,0	-0,1	-0,2	-0,1	1,9	1,8	2,0
-Consumo Público	0,9	0,9	0,9	1,8	2,0	1,7	1,2	1,2	1,4
-FBCF	6,1	7,0	6,1	6,0	5,2	5,8	3,8	2,0	2,9
-Exportações Bens e Serviços ^(a)	12,5	12,9	12,5	6,2	8,4	7,7	4,7	7,2	6,8
-Importações Bens e serviços ^(a)	11,1	11,5	11,2	5,7	6,4	6,2	5,0	7,8	7,4
Contributo procura externa líquida p/ PIB	1,1	1,1	1,1	1,3	1,3	1,0	-0,3	0,2	0,2
IHPC (t.v.)	1,8	1,8	1,8	2,1	2,2	2,2	1,8	2,3	2,0
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	8,1	8,1	9,8	6,5	6,4	8,1	6,3	5,7	7,7
Saldo Global do SPA (% PIB)	-1,6	-1,6	-1,6	-0,2	0,0	0,1	-0,5	0,1	-0,1
Balança Corrente (% PIB)	5,0	4,9	5,2	5,4	6,0	5,8	5,1	6,0	5,8

(a) FMI - World Economic Outlook, Abril de 2007

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Outubro de 2007; OCDE, Economic Outlook Nº82, Dezembro 2007; Comissão Europeia, Economic Forecasts, Autumn 2007

De acordo com o Eurostat (Novembro de 2007), o crescimento da **economia espanhola** abrandou no 3º trimestre de 2007, ao crescer a uma taxa de 3,8%, em volume em termos homólogos, (4,0% no 2º trimestre). Para esta evolução contribuiu o abrandamento do crescimento da procura interna, em particular do

investimento em construção. A OCDE (Dezembro de 2007) reviu em alta o crescimento da economia espanhola em 2007, apontando para uma taxa de crescimento do PIB de 3,8% (+0,2 p.p. face às previsões da Maio) (Quadro 1.6). Em 2007, a actividade económica em Espanha deverá continuar apoiada na procura interna. Para 2008, a OCDE reviu em baixa de -0,2 p.p. as estimativas para o crescimento em Espanha, prevendo uma taxa de 2,5%, devido à contracção do investimento em habitação e ao abrandamento do consumo privado, decorrente do agravamento das condições do mercado de trabalho e do acesso ao crédito mais apertado. De acordo com a Comissão Europeia, a Espanha, devido ao seu elevado défice da balança corrente, revela uma exposição significativa à actual crise no mercado hipotecário.

Quadro 1.6

Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas de Espanha

ESPAÑA	2006			2007			2008		
	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07	FMI Out-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07
Crescimento real em %:									
PIB	3,9	3,9	3,9	3,7	3,8	3,8	2,7	2,5	3,0
-Consumo privado	3,8	3,8	3,8	3,3	3,3	3,4	2,2	2,7	2,7
-Consumo Público	4,8	4,8	4,8	5,1	5,0	4,9	4,4	4,1	5,0
-FBCF	6,8	6,8	6,3	5,8	5,8	6,3	3,0	1,2	3,0
-Exportações Bens e Serviços ^(a)	6,2	5,1	5,1	6,2	4,7	4,6	6,2	6,5	4,7
-Importações Bens e serviços ^(a)	8,4	8,3	8,3	7,3	6,3	6,5	6,9	5,6	5,2
Contributo procura externa líquida p/ PIB	-1,2	-1,0	-1,2	-0,9	-0,9	-0,9	-0,3	-0,5	-0,5
IHPC (t.v.)	3,6	3,6	3,6	2,5	2,8	2,6	2,8	3,6	2,9
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	8,5	8,5	8,5	8,1	8,1	8,1	8,2	8,1	8,5
Saldo Global do SPA (%PIB) ^(a)	1,8	1,8	1,8	1,3	1,9	1,8	1,1	1,5	1,2
Balança Corrente (% PIB)	-8,6	-8,6	-8,8	-9,8	-9,8	-9,3	-10,2	-10,0	-9,6

(a) FMI - World Economic Outlook, Abril de 2007

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Outubro de 2007; OCDE, Economic Outlook Nº82, Dezembro 2007; Comissão Europeia, Economic Forecasts, Autumn 2007

Em Novembro, o preço do **petróleo (brent)** acentuou a trajectória ascendente do mês anterior, atingindo novo máximo histórico absoluto, ao rondar os 97 dólares por barril em Londres e os 99 dólares por barril nos EUA, no dia 21 de Novembro. A cotação média do mês de Novembro situou-se em 92,5 dólares por barril (83 dólares em Outubro) representando um aumento de 57,3% face ao mesmo mês do ano anterior. Para esta situação contribuiu principalmente a quebra de stocks de petróleo a nível global, a especulação sobre uma eventual escassez de oferta e o novo máximo do euro face ao dólar, que tem originado um movimento especulativo a favor das aplicações em matérias-primas. No Mercado de Futuros, o preço médio do barril de petróleo rondou os 91,4 dólares para contratos com entrega entre Janeiro e Junho de 2008.

Quadro 1.7

Evolução do Preço Relativo de Importação do Petróleo

	Unidade	2005	2006	2006				2007			2007					
				I TR 06	II TR 06	III TR 06	IV TR 06	I TR 07	II TR 07	III TR 07	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
(a) Preço de importação do petróleo (USD)	VH	37,1	22,1	42,2	35,1	16,0	2,2	-5,2	3,3	7,1	11,2	0,3	5,7	16,9	46,3	49,9
(b) Efeito Cambial	VH	-1,2	-1,2	8,7	-0,4	-3,7	-7,9	-7,6	-5,5	-7,6	-5,1	-7,6	-6,4	-8,9	-12,5	-11,7
(c) Preço de importação do petróleo (EUR)	VH	35,5	20,6	54,6	34,5	11,8	-5,9	-12,5	-2,4	-1,1	5,6	-7,3	-1,1	6,5	28,0	32,4
(d) Deflador do PIB ¹	VH	2,6	2,9	2,6	3,1	2,9	3,1	3,5	3,0	2,6	2,9	2,7	2,6	2,4	2,6	2,6
(e) Preço relativo do petróleo ²	VH	32,0	17,2	50,7	30,6	8,6	-8,7	-15,4	-5,2	-3,6	2,7	-9,8	-3,6	4,0	24,8	29,0
Por memória:																
(f) Preço de importação do petróleo (f.o.b) ³	USD	50,7	61,8	58,5	64,5	67,8	56,6	55,4	66,6	72,6	70,8	73,0	74,1	70,7	78,6	86,1
(g) Cotações internacionais do petróleo	USD	53,4	64,4	61,0	68,3	69,4	59,0	57,0	66,1	73,6	68,2	73,7	70,1	76,9	82,2	91,3
(f/g) Preço importação/Cotações internacionais	rácio (%)	95,0	96,0	95,8	94,4	97,7	95,9	97,2	100,7	98,7	103,8	99,1	105,6	91,9	95,7	94,3
(h) Preço relativo do petróleo (USD) (1979=100)	(%)	44,8	52,4	52,2	54,2	56,3	45,9	44,2	51,4	54,3	54,7	54,9	55,6	52,3	56,2	59,6

(1) Cálculo do GEE. Sempre que não haja deflador utiliza-se o último deflador conhecido.

(2) Cálculo do GEE. O preço relativo do petróleo é o rácio entre o preço do petróleo em euros e o deflador do PIB em Portugal.

A contabilidade (c) = (a) + (b); (e) = (c) - (d) não se verifica exactamente pois a decomposição das taxas de crescimento não é aditiva.

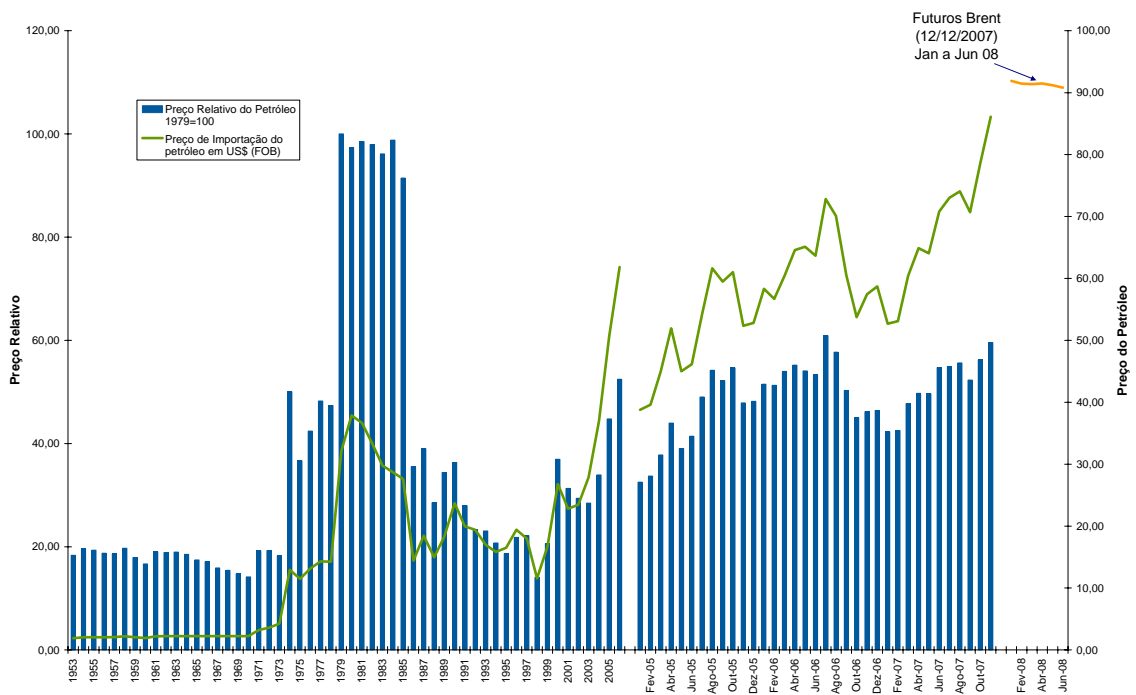
(3) Cálculo do GEE com base em dados da Galp Energia, relativos às importações mensais de ramos de petróleo bruto.

Fontes: Cotações Internacionais - IMF (Primary Commodity Prices) - média simples dos preços U.K. Brent, Dubai e West Texas Intermediate;

Preços de Importação - Galp Energia; Taxa de Câmbio - Galp Energia; Deflador do PIB - INE, Contas Nacionais.

Em Novembro de 2007, o preço de importação de petróleo em euros aumentou significativamente face ao período homólogo do ano anterior (+32,4%) (Quadro 1.7). Essa evolução reflectiu uma forte subida do preço das ramas descarregadas, avaliadas em dólares (+49,9%) e um efeito cambial favorável (-11,7%). Tomando em consideração o efeito cambial e a evolução dos preços na produção em Portugal (usando como referência o deflador do PIB), verifica-se que o preço relativo do petróleo importado se situou, em Novembro de 2007, em cerca de 59,6% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979 (Figura 1.1).

Figura 1.1
Evolução do Preço Relativo do Petróleo



Fonte : Cálculos do GEE com base em dados da Galp Energia (preço do petróleo em US\$ e taxa de câmbio); INE (deflador do PIB - Contas Nacionais); Futuros - ICE Futures - Intercontinental Exchange.
O preço relativo do petróleo é o rácio entre a cotação do petróleo em euros e o deflador do PIB em Portugal.

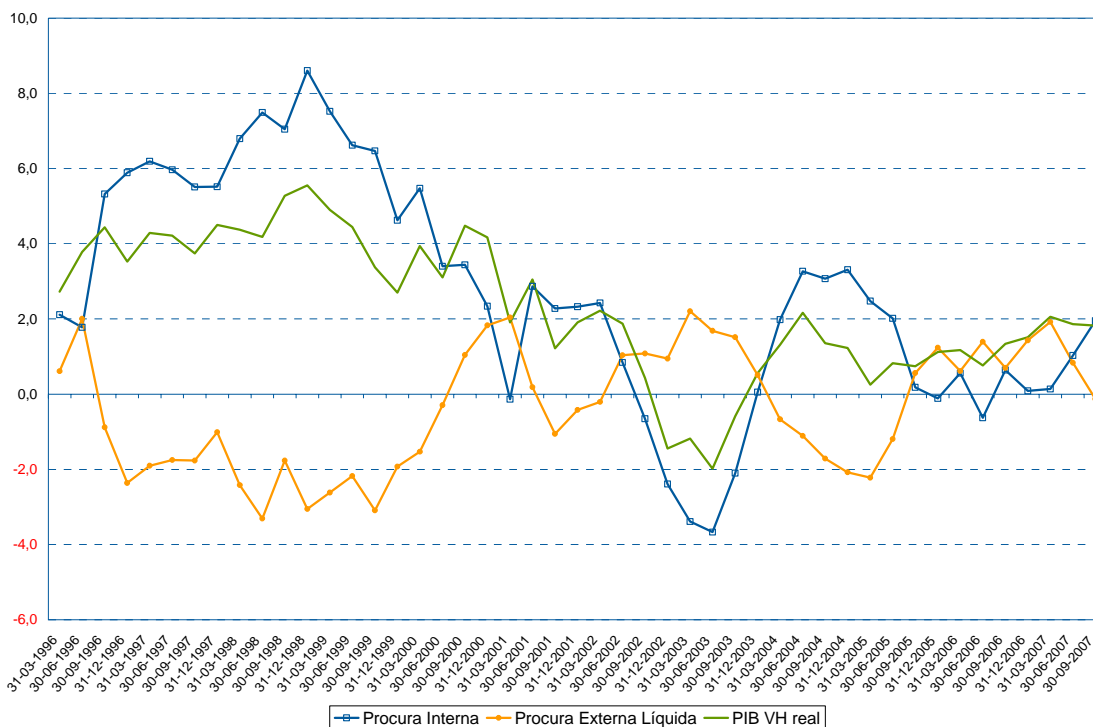
2. Conjuntura Nacional

As **Contas Nacionais** publicadas pelo INE relativas ao **3º trimestre de 2007** (Quadro 2.1), reviram em alta de 0,1 p.p. e 0,3 p.p. o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), respectivamente no primeiro e segundo trimestres de 2007, e apontam para um crescimento de 1,8% em termos homólogos no terceiro trimestre, em ligeira desaceleração face ao 2º trimestre (1,9%). Este abrandamento foi determinado pela evolução da procura externa líquida que reduziu o seu contributo para o crescimento do PIB para -0,1 pontos percentuais (p.p.), após 0,8 p.p. no 2º trimestre (Figura 2.1). Por sua vez, aumentou o contributo da procura interna que passou de 1,0 pontos percentuais no 2º trimestre de 2007, para 1,9 p.p. no 3º trimestre. Esta evolução da procura interna reflecte uma melhoria significativa do investimento, tendo a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentado uma taxa de variação homóloga positiva (5%) pela primeira vez desde o 2º trimestre de 2004. As Exportações de Bens e Serviços cresceram em termos homólogos 5,2%, desacelerando face ao trimestre anterior (7,4%), enquanto as importações cresceram acima do verificado no 2º trimestre (4,5%, contra 4,0%).

Quadro 2.1
Indicadores Económicos

Indicadores Anuais / Trimestrais	Fonte	Unidade	2005	2006	2007	4T05	1T06	2T06	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07
PIBpm		Milhões euros	149 010	155 167		37 852	37 900	38 665	38 988	39 615	40 022	40 568	40 725
PIBpm		VH Real	0,7	1,2		1,1	1,2	0,8	1,3	1,5	2,1	1,9	1,8
Consumo Privado		VH Real	2,2	1,1		1,3	1,0	0,3	1,7	1,2	1,2	1,4	1,3
Consumo Público		VH Real	3,5	-1,2		1,8	0,1	-1,2	-1,9	-1,7	-1,0	-0,1	0,7
FBCF		VH Real	-3,3	-1,5		-3,5	-1,2	-1,1	-1,3	-2,5	-0,9	-0,4	5,0
Exportações Bens e Serviços		VH Real	1,2	8,9		3,5	8,6	7,8	9,2	10,0	9,3	7,4	5,2
Importações Bens e Serviços		VH Real	1,9	4,3		-0,3	5,0	2,6	5,5	4,3	2,8	4,0	4,5
FBCF sem construção	INE	VH Real	-1,9	2,8		-2,4	0,4	5,0	4,2	1,5	2,1	2,1	8,3
Balança Corrente / PIB (fim de período)	BP	%	-9,7	-9,4		-9,7	-11,0	-10,8	-9,5	-9,4	-8,7	-9,1	-8,5
Saldo Total-SPA / PIB (exc. med. tempor)	DGO/INE	%	-6,1	-3,9	-3,0								
Taxa de desemprego	INE	(%)	7,6	7,7		8,0	7,7	7,3	7,4	8,2	8,4	7,9	7,9
Inflação	INE	(%)	2,3	3,1		2,7	3,2	3,7	3,0	2,5	2,4	2,6	2,2
Contributo da Procura Externa Líquida p/ PIB	INE	(%)	-0,4	1,0		1,2	0,6	1,4	0,7	1,4	1,9	0,8	-0,1
Contributo da Procura Interna p/ PIB	INE	(%)	1,1	0,2		-0,1	0,6	-0,6	0,6	0,0	0,1	1,0	1,9

Figura 2.1
Contributos para o crescimento do PIB Trimestral



De acordo com o INE, no 3º trimestre de 2007 a **taxa de desemprego** fixou-se em 7,9%, mantendo-se inalterada face ao 2º trimestre (Quadro 2.1). O Eurostat estima que a taxa de desemprego tenha diminuído ligeiramente em Outubro de 2007 para 8,2% (8,3% no 3º trimestre) (Quadro 2.2). Em termos homólogos, no mês de Outubro de 2007, o IEFP registou uma diminuição de 12,0% (menos 54 235 indivíduos) no número de desempregados inscritos nos centros de emprego (-10,8 VH no 3º trimestre). A redução do número de desempregados inscritos foi extensível ao desemprego de longa duração, que apresentou uma variação homóloga de -12,9% em Outubro de 2007, a mesma do 3º trimestre.

Quadro 2.2

Mercado de Trabalho

Mercado de Trabalho	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Ago-07	Set-07	Out-07
Taxa de Desemprego	Eurostat	%	7,6	7,9	8,2	8,2	8,3	8,3	8,3	8,2
Desempregados inscritos	IEFP	Nº Pessoas	440 810	454 469	449 942	402 262	393 179	392 038	397 928	398 793
Variação dos desempregados inscritos	IEFP	Periodo n-Periodo (n-1)	-15 444	13 659	-4 527	-47 680	-9 083	2 467	5 890	865
Desempregados inscritos	IEFP	VH	-6,1	-6,0	-7,5	-11,8	-10,8	-10,2	-11,3	-12,0
Evolução do desemprego de longa duração	IEFP	VH	-6,5	-7,8	-10,5	-14,0	-12,9	-12,4	-12,4	-12,9
Variação da população empregada	INE	Periodo n-Periodo (n-1)	6 500	-44 500	-7 100	18 900	45 700			
Evolução da população empregada	INE	VH	1,1	0,2	0,2	-0,5	0,3			
Índice do Custo de Trabalho	Eurostat	VH	3,8	4,3	3,8	3,2				
Índice do Custo de Trabalho (Zona Euro)	Eurostat	VH	2,5	2,4	2,3	2,5				
Por memória:										
Inflação (IPC)	INE	VH	3,0	2,5	2,4	2,6	2,2	2,1	2,1	2,6

Relativamente aos indicadores avançados de **actividade económica** (Quadro 2.3), disponíveis para o 4º trimestre de 2007, os sinais apontam no sentido da sustentação da recuperação. O Indicador Coincidente Mensal do Banco de Portugal (Outubro) e o Indicador de Clima Económico (INE) (Novembro), mantiveram o valor do 3º trimestre (2,3% VH e 1,2% SRE M3M, respectivamente). Por sua vez, o Indicador de Sentimento Económico (Eurostat) desacelerou em Outubro mas recuperou significativamente em Novembro (104,5), situando-se no conjunto dos dois meses (102,2) acima do valor do 3º trimestre (100,7). O Indicador Compósito Avançado da OCDE, manteve em Outubro o valor do mês anterior, situando-se contudo abaixo do valor do 3º trimestre de 2007.

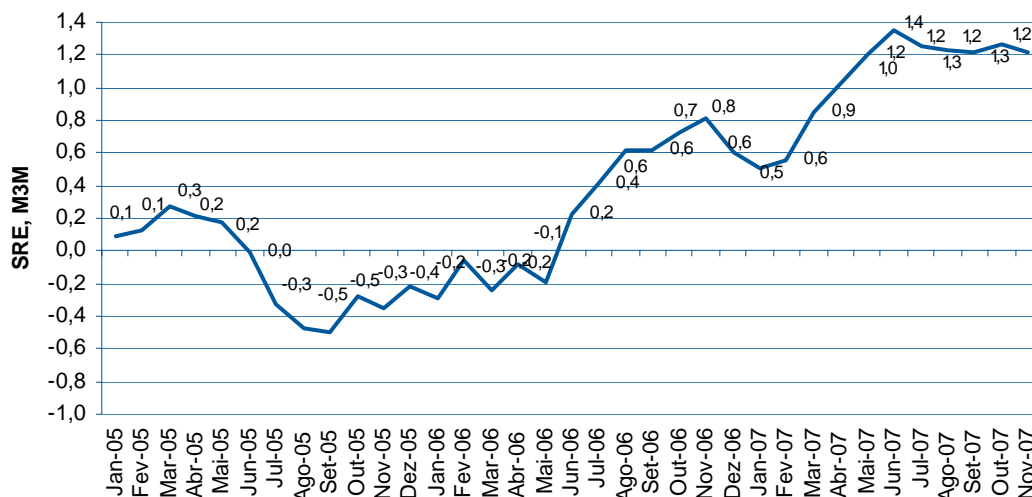
Quadro 2.3

Indicadores avançados de actividade geral

Indicadores de Actividade Geral	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Set-07	Out-07	Nov-07
Indicador de Actividade Económica	INE	VH, M3M	0,7	0,6	1,2	1,8	2,2	2,2		
Indicador Coincidente Mensal	BP	VH	1,1	1,4	1,7	2,1	2,3	2,3	2,3	
Indicador de Clima Económico	INE	SRE/M3M	0,6	0,6	0,9	1,4	1,2	1,2	1,3	1,2
Indicador Compósito Avançado	OCDE	LI 6M	6,5	6,2	5,9	3,8	2,6	2,0	2,0	
Indicador do Sentimento Económico	C. Europeia	(1990-2003)=100	95,5	98,4	100,3	101,8	100,7	102,0	99,8	104,5

Figura 2.1

Indicador de Clima Económico (INE)



No que respeita aos indicadores do **Consumo Privado** (Quadro 2.4) já disponíveis para o 4º trimestre de 2007, os sinais apontam no sentido da manutenção de um crescimento moderado. O Indicador Coincidente do Consumo Privado (Outubro) continuou a diminuir, apresentando o valor de 0,9% VH (1,4% VH no 3º trimestre de 2007, e o Indicador de confiança dos consumidores (Novembro) voltou a agravar-se (-39,1 SRE, VE), registando o valor mais baixo desde Fevereiro de 2006. O Índice do Volume de Vendas do Comércio a Retalho, deteriorou-se nos meses de Outubro e Novembro face ao valor do 3º trimestre. Também as Vendas de Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros (ACAP) registaram nos meses de Outubro e Novembro uma descida face ao 3º trimestre de 2007. Por sua vez, registaram-se melhorias em Outubro face aos valores observados no 3º trimestre, no Índice do Volume de Negócios nos Serviços (INE) e no Índice do Volume de Negócios do Comércio a Retalho (INE), neste último, devido principalmente ao maior dinamismo da componente alimentar.

Quadro 2.4
Indicadores avançados do consumo privado

Indicadores de Consumo Privado	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Set-07	Out-07	Nov-07
Indicador Coincidente do Consumo Privado	BP	VH	1,1	1,6	1,5	1,6	1,4	1,2	0,9	
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	SRE-VE	-31,9	-31,0	-33,2	-32,9	-35,5	-36,8	-37,8	-39,1
Índice de Vol. de Neg. Comércio a Retalho (p.const)	INE	VH (v.c.s)	3,4	1,2	1,7	0,1	0,5	-0,6	1,9	
IVN no Comércio a Retalho de Bens Alimentares (p.const)	INE	VH (v.c.s)	5,0	2,2	3,3	1,9	0,6	0,1	3,2	
IVN no Comércio a Retalho de Bens não Alimentares (p.const)	INE	VH (v.c.s)	2,1	0,4	0,4	-1,3	0,3	-1,3	0,9	
Índice de Vol. de Vendas no Comércio a Retalho	INE	SRE-VE	-15,3	-6,2	-13,2	-5,7	-1,6	-14,2	-3,2	-11,3
Índice de V.Negócios nos Serviços - Alojamento e restauração	INE	VH	1,6	1,4	0,8	2,9	2,2	3,3	3,3	
Venda de Veículos Ligeiros de Passageiros	ACAP	VH	-3,3	-7,2	-5,4	-0,1	13,5	4,2	10,1	8,1

Relativamente ao **Investimento** (Quadro 2.5), os dados disponíveis apontam no sentido da continuação da recuperação. As vendas de cimento acentuaram em Outubro (14,9% VH) a tendência positiva do 3º trimestre de 2007 (1,8% VH), registando o valor mensal mais elevado desde Dezembro de 2001. No entanto, o Indicador de Confiança da Construção do INE agravou-se significativamente em Novembro de 2007, face ao 3º trimestre, interrompendo a tendência ascendente iniciada no 1º trimestre de 2007. Os Índices de Produção Industrial de Bens de Investimento e de Máquinas e Equipamentos (INE) registaram uma aceleração significativa em Outubro face aos valores observados no 3º trimestre. Por sua vez, o Índice de Novas Encomendas de Bens de Investimento (INE) desacelerou significativamente no mês de Outubro de 2007, relativamente ao 3º trimestre. As Vendas de Viaturas Comerciais Ligeiras (ACAP) evoluíram desfavoravelmente nos meses de Outubro e Novembro, face ao 3º trimestre de 2007, enquanto que as Vendas de Comerciais Pesados apresentaram um comportamento muito positivo no mesmo período.

Quadro 2.5
Indicadores avançados do investimento

Indicadores de Investimento	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Set-07	Out-07	Nov-07
Indicador de FBCF	INE	M3M	-2,5	-5,8	0,1	-0,1	4,2	4,2		
IPI - Máquinas e equipamentos	INE	VH(v.c.s)	-2,5	-7,0	-0,5	-1,4	-1,8	0,8	3,4	
IPI - Bens de Investimento	INE	VH(v.c.s)	1,8	1,3	6,0	2,5	0,9	1,2	3,4	
Índice de Novas Encomendas (Investimento) M Nacional	INE	VH	1,5	7,0	23,7	-3,7	26,6	15,8	4,8	
Importações de Bens de Investimento	INE	VH	10,1	11,3	7,6	7,5	3,3	-2,4		
Indicador de Confiança na Construção	INE	SRE-VE	-47,7	-48,7	-43,8	-40,7	-38,7	-38,5	-40,5	-45,0
Vendas de Cimento	BP	VH	-8,9	-6,9	-4,0	-3,9	1,8	0,4	14,9	
Venda de Viaturas Comerciais Ligeiras	ACAP	VH	-2,4	3,5	-1,3	40,2	-5,5	-19,9	-12,9	-8,6
Venda de Viaturas Comerciais Pesadas	ACAP	VH	52,0	-33,3	-1,6	-4,7	-19,6	-55,5	139,0	109,7

Em relação ao **Comércio Externo** (Quadro 2.6), assinala-se um comportamento diferenciado nas componentes “bens” e “serviços”. De acordo com os dados divulgados pelo Banco de Portugal, para

Outubro de 2007, as exportações de bens cresceram 6,6%, em aceleração face ao 3º trimestre de 2007 (5,0%), tendo as importações registado também uma aceleração significativa (para 10,2% após 5,5% no 3º trimestre). No que respeita à componente de serviços, as exportações aumentaram 13,9% enquanto as importações diminuíram 8,5%. As exportações de bens e serviços registaram crescimentos nominais homólogos de cerca de 8,8% (8,2% no 3º trimestre de 2007) e de cerca de 7,5% nas importações (6,6% no 3º trimestre). Estes dados estão em linha com o menor contributo da procura externa líquida para o crescimento económico evidenciado no 3º trimestre, apoiado fundamentalmente na componente de serviços.

Quadro 2.6
Balança de Bens e Serviços e Indicadores Avançados de Procura Externa

	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07
BENS*	BP	Tx Cobertura	67,8	68,3	72,9	69,6	67,5	60,0	68,4	64,9	
Crédito (Saídas)*	BP	VH	13,5	13,2	12,3	8,9	5,0	1,7	2,2	6,6	
Débito (Entradas)*	BP	VH	8,8	5,4	2,9	5,4	5,5	6,4	2,7	10,2	
SERVIÇOS*	BP	Tx Cobertura	186,7	153,9	137,8	161,7	189,3	198,3	171,5	209,5	
Crédito*	BP	VH	15,0	15,1	16,1	15,0	14,4	12,0	12,6	13,9	
Débito*	BP	VH	8,9	4,1	3,0	5,5	12,8	13,3	16,7	-8,5	
BENS E SERVIÇOS*	BP	Tx Cobertura	86,5	81,2	82,9	83,5	87,7	85,3	84,7	82,9	
Crédito*	BP	VH	14,0	13,7	13,3	10,6	8,2	5,9	5,3	8,8	
Débito*	BP	VH	8,8	5,2	2,9	5,4	6,6	7,6	4,7	7,5	
Por memória:											
Indicadores Avançados de Procura Externa											
Volume de Negocios na Indústria - Mercado Externo	INE	VH	16,3	16,0	12,3	6,5	0,2	-0,7	-5,9	5,6	
Novas Encomendas à Indústria - Mercado Externo	INE	VH	21,7	20,0	11,5	7,6	-2,3	9,1	-18,9	-0,6	
Inquérito à Ind. Transformadora -Procura Externa	INE	SRE-VE	-14	-11	-7	-2	-1	-3	0	-1	-5

Nota: * - Os valores referentes a Outubro de 2007 são cálculos do GEE, baseados em dados do SDDS e do Banco de Portugal. O numerador e denominador da t.v.h. provêm respectivamente, do SDDS e do Boletim Estatístico, do Banco de Portugal.

A OCDE no seu recente *Economic Outlook* (Dezembro de 2007) manteve as previsões anteriores de crescimento para a Economia Portuguesa em 2007 (1,8%), revendo, no entanto, em alta as estimativas de crescimento para o investimento, de 0,8% para 2,5%, e em baixa de -0,1 p.p. as estimativas para as exportações (6,2%). A OCDE, estima uma taxa de desemprego de 7,9%, um saldo orçamental de -3,0% e um défice da balança corrente de -8,1%.

Para 2008, a OCDE manteve também as previsões anteriores, estimando um crescimento de 2,0%. De acordo com estas estimativas, em 2008 a Economia Portuguesa irá crescer acima da média da Zona Euro (1,9%) pela primeira vez desde 2001. A expansão económica será baseada num maior contributo da procura interna, principalmente devido à projectada retoma do investimento. Por sua vez, no Plano de Estabilidade e Crescimento 2007-2011 (revisão de Dezembro de 2007) estima-se um crescimento de 1,8% em 2007 e de 2,2% em 2008.

Quadro 2.7 apresenta-se um mapa com as **previsões** de crescimento para a Economia Portuguesa efectuadas por várias instituições.

Quadro 2.7
Previsões para a Economia Portuguesa

Crescimento real em percentagem:	2007					2008				
	OCDE Dez-07	CE Nov-07	FMI Out-07	PEC 2007-2011 Dez-07	BP Nov-07	OCDE Dez-07	CE Nov-07	FMI Out-07	BP Jul-07	PEC 2007-2011 Dez-07
PIB	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	2,0	2,0	1,8	2,2	2,2
-Consumo privado	1,3	1,2	1,3	1,2	1,2	1,4	1,3	1,4	1,4	1,4
-Consumo Público	-0,5	-0,3	0,0	-0,4	-0,3	-0,9	0,4	0,4	0,3	-1,1
-FBCF	2,5	0,9	1,0	1,0	2,1	3,8	2,3	1,9	3,1	4,0
-Exportações Bens e Serviços ⁽¹⁾	6,2	6,7	5,7	6,9	6,7	5,6	5,6	5,8	6,5	6,7
-Importações Bens e serviços ⁽¹⁾	3,3	3,4	2,8	3,8	3,7	3,5	3,3	3,5	4,2	3,9
IHPC (t.v.) ⁽²⁾	2,4	2,4	2,5	2,3	2,3	2,6	2,4	2,4	2,3	2,1
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	7,9	8,0	7,4	7,8	-	7,6	8,0	7,1	-	7,6
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3,0	-3,0	-3,3	-3,0	-	-2,4	-2,6	-2,4	-	-2,4
Balança Corrente (% PIB) ⁽³⁾	-8,1	-9,0	-9,2	-8,3	-7,7	-8,2	-8,8	-9,1	-8,1	-7,6

(1) No caso do FMI, Exportações e Importações de Bens

(2) No caso do OE - Índice de Preços no Consumidor (IPC)

(3) No caso do Banco de Portugal, Balança Corrente + Balança de Capital

Fontes: FMI, Staff Report 2007, Article IV Consultation, Outubro de 2007; OCDE, Economic Outlook N°82, Dezembro de 2007;

CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts" - Autumn 2007; BP- Boletim Económico, Verão de 2007 e Boletim Económico, Outono de 2007;

MFAP, PEC-Plano de Estabilidade e Crescimento, Dezembro de 2007

3. Dinâmica Sectorial

As **contas nacionais** publicadas pelo INE relativas ao 3º trimestre de 2007 (*Quadro 3.1a*) apontam para um crescimento homólogo do Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 1,8%, o que representa uma ligeira desaceleração em relação ao trimestre anterior (1,9%). Os sectores mais dinâmicos foram os Transportes e Comunicações e o Comércio, Restaurantes e Hotéis, ambos a registarem uma aceleração no 3º trimestre face ao trimestre anterior. Registou-se apenas uma evolução negativa, na Agricultura, Silvicultura e Pescas. No 3º trimestre, o sector da Construção inverteu a tendência negativa dos últimos trimestres, apresentando pela primeira vez um valor positivo (0,9%) desde o 3º trimestre de 2004. Os sectores que mais contribuíram para o crescimento do VAB foram os Outros Serviços, seguido do Comércio, Restaurantes e Hotéis e da Indústria (*Quadro 3.1b*).

Quadro 3.1a

Evolução real do VAB por sectores, preços constantes, variação homóloga (%)

	peso, 2006 (%)	2005	2006	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07
Agricultura, Silvicultura, Pescas	3,7	-7,9	10,1	13,4	9,9	2,2	-2,6	-4,9
Electricidade, gás e água	2,8	1,4	4,8	6,0	5,2	3,6	4,4	2,3
Indústria	16,5	-1,7	1,5	2,5	2,2	3,9	3,3	2,1
Construção	5,9	-3,2	-5,0	-6,0	-5,8	-3,5	-2,1	0,9
Comércio, Restaurantes e Hotéis	17,0	1,8	1,7	2,6	2,0	2,7	2,5	2,7
Transportes e Comunicações	7,5	-0,5	0,7	0,8	1,9	2,1	2,2	2,8
Actividades Financeiras e Imobiliárias	15,4	1,5	3,7	3,2	4,9	2,6	2,7	1,6
Outros Serviços	31,2	1,7	0,2	0,2	0,4	0,9	1,6	1,8
<i>Por memória:</i>								
Valor Acrescentado Bruto (const)		0,2	1,4	1,7	1,8	1,9	1,9	1,8

Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais (base 2000) - Dezembro 2007

Quadro 3.1b

Contributos sectoriais para a Evolução real do VAB, preços constantes, variação homóloga (%)

	Fonte	2005	2006	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07
Agricultura, Silvicultura, Pescas	INE	-0,3	0,3	0,4	0,3	0,1	-0,1	-0,2
Electricidade, gás e água	INE	0,0	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Indústria	INE	-0,3	0,2	0,4	0,4	0,6	0,5	0,4
Construção	INE	-0,2	-0,3	-0,4	-0,4	-0,2	-0,1	0,1
Comércio, Restaurantes e Hotéis	INE	0,3	0,3	0,4	0,3	0,5	0,4	0,5
Transportes e Comunicações	INE	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Actividades Financeiras e Imobiliárias	INE	0,2	0,6	0,5	0,7	0,4	0,4	0,2
Outros Serviços	INE	0,5	0,1	0,1	0,1	0,3	0,5	0,6
Valor Acrescentado Bruto Total	INE	0,2	1,4	1,7	1,8	1,9	1,9	1,8

Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais (base 2000) - Dezembro 2007

Relativamente ao **Emprego**, verificou-se um acréscimo homólogo de 0,2%, no 3º trimestre de 2007, com comportamentos diferenciados ao nível sectorial (*Quadro 3.2a*). Os sectores que mais contribuíram para este aumento foram as Actividades Financeiras e Imobiliárias e a Construção, tendo os sectores da Indústria Transformadora, os Transportes e Comunicações e a Agricultura, Silvicultura e Pescas, contribuído de forma negativa para o crescimento do emprego (*Quadro 3.2b*).

Quadro 3.2ª
Evolução do emprego por sectores, variação homóloga (%)

	peso, 2006 (%)	2005	2006	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07
Agricultura, Silvicultura, Pescas	11,7	-1,9	-0,4	0,2	-2,5	-0,2	-1,5	-1,0
Electricidade, gás e água*	0,8	-4,1	-0,5	-0,7	3,2	24,6	24,7	22,7
Indústria Transformadora	19,0	-3,4	1,2	3,3	2,4	-1,2	-2,4	-2,9
Construção	10,7	1,1	-0,2	-2,4	-0,5	1,6	1,3	4,7
Comércio, Restaurantes e Hotéis	20,0	0,1	-1,7	-1,3	-2,9	-0,2	-1,2	0,8
Transportes e Comunicações	4,6	3,0	8,5	8,0	10,1	1,8	-6,0	-10,4
Actividades Financeiras e Imobiliárias	7,5	-2,6	1,5	7,0	3,6	7,7	8,8	7,6
Outros Serviços	25,6	3,4	1,7	0,6	-0,2	-2,0	-1,4	0,0
Por memória:								
Emprego - Total		0,0	0,7	1,1	0,2	0,2	-0,5	0,2

Fonte: INE - Estatísticas do emprego - 3º trimestre 2007

*Inclui Indústria Extractiva

Quadro 3.2b
Contributos sectoriais para a Evolução do emprego, variação homóloga (%)

	Fonte	2005	2006	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07
Agricultura, Silvicultura, Pescas	INE	-0,2	0,0	0,0	-0,3	0,0	-0,2	-0,1
Electricidade, gás e água*	INE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2
Indústria Transformadora	INE	-0,7	0,2	0,6	0,4	-0,2	-0,4	-0,6
Construção	INE	0,1	0,0	-0,3	-0,1	0,2	0,1	0,5
Comércio, Restaurantes e Hotéis	INE	0,0	-0,3	-0,3	-0,6	0,0	-0,2	0,2
Transportes e Comunicações	INE	0,1	0,4	0,4	0,4	0,1	-0,3	-0,5
Actividades Financeiras e Imobiliárias	INE	-0,2	0,1	0,5	0,3	0,6	0,7	0,6
Outros Serviços	INE	0,8	0,4	0,1	-0,1	-0,5	-0,4	0,0
Emprego - Total	INE	0,0	0,7	1,1	0,2	0,2	-0,5	0,2

*Inclui Indústria Extractiva

Fonte: INE - Estatísticas do emprego - 3º trimestre 2007

No que respeita aos indicadores avançados para a **indústria** (Quadro 3.3), o Índice de Produção Industrial Total registou em Outubro uma aceleração face ao crescimento verificado no 3º trimestre com uma variação homóloga de 3,6%, ou seja, 2,2 p.p acima do valor do 3º trimestre (1,4%). Na Indústria Transformadora, o Índice de Produção Industrial aumentou em Outubro para 5,9% (VH), valor superior ao verificado no 3º trimestre (2,2%,VH), registando uma subida superior ao total da indústria. Também o Índice de Volume de Negócios na Indústria acelerou no mês de Outubro (9,4%,VH), situando-se acima do valor do 3º trimestre (3,5%, VH), devido ao bom desempenho quer da componente Mercado Nacional quer do Mercado Externo. O Índice de Novas Encomendas na Indústria, acelerou em Outubro, registando uma recuperação face ao valor observado no 3º trimestre (8,1%, VH contra 3,4%,VH, no 3º trimestre), principalmente ditada pela componente “mercado interno”. Segundo o Eurostat, o nível de confiança no sector melhorou em Novembro face a Outubro, situando em média no conjunto dos dois meses acima do 3º trimestre (-2,0 SRE e -2,7 SRE-VE, respectivamente). Também o Indicador de Confiança na Indústria Transformadora (INE) apresenta em Novembro um desagravamento face ao registado em Outubro e ao 3º trimestre de 2007.

Quadro 3.3
Indicadores Sectoriais para a Indústria

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Set-07	Out-07	Nov-07
Índice de Produção Industrial - Total (cdu, vcs)	INE	VH	3,6	4,2	4,3	1,6	1,4	1,2	3,6	
Índice Volume Negócios na Indústria	INE	VH	7,2	7,2	7,1	5,2	3,5	-1,0	9,4	
Mercado Nacional	INE	VH	2,3	2,4	3,9	4,5	5,5	2,0	11,7	
Mercado Externo	INE	VH	16,3	16,0	12,3	6,5	0,2	-5,9	5,6	
Índice de Novas Encomendas na Indústria	INE	VH	10,2	10,1	12,5	3,7	3,4	-6,5	8,1	
Mercado Nacional	INE	VH	2,0	3,5	13,3	0,7	8,3	4,1	15,1	
Mercado Externo	INE	VH	21,7	20,0	11,5	7,6	-2,3	-18,9	-0,6	
Indicador de Confiança na Indústria (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-7,3	-6,0	-2,3	-0,7	-2,7	-1,0	-3,0	-1,0
Índice de Emprego na Indústria	INE	VH	-2,7	-2,7	-1,9	-1,7	-1,2	-1,0	-1,0	
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora (cdu, vcs)	INE	VH	3,5	2,5	4,7	3,6	2,2	1,5	5,9	
Índice Volume Negócios na Indústria Transformadora	INE	VH	7,1	7,1	7,1	5,2	3,4	-1,2	9,3	
Inquérito de Conjuntura à Indústria Transformadora										
Indicador de confiança na Indústria Transformadora	INE	SRE-VE	-5,7	-6,1	-2,0	-1,1	-1,9	0,3	-2,7	-1,3
Carteira de Encomendas Global (tendência)	INE	SRE-VE	-6,0	-4,0	0,0	-2,0	-1,0			

Quanto aos Índices de Produção Industrial sectoriais, para o mês de Outubro de 2007 (Quadro 3.4), destacam-se pela positiva a Indústria Extractiva com 24,2% (VH) e alguns dos subsectores da indústria transformadora como a “Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica”, que já se havia evidenciado nos trimestres anteriores (com 19,6%, VH), a “ Fabricação de pasta de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão” e “ Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas” com uma variação homóloga de 17,1% e 11,5%, respectivamente.

Quadro 3.4
Índice de Produção Industrial por subsecções¹, variação homóloga

	2006	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Ago-07	Set-07	Out-07
Índice de Produção Industrial (Total)	2,8	3,6	4,2	4,3	1,6	1,4	0,8	1,2	3,6
C- Indústrias extractivas	-9,9	-12,1	-10,0	8,0	5,3	8,6	14,6	4,7	24,2
CB- Indústrias extractivas, com excepção da extracção de produtos energéticos	-9,9	-12,1	-10,0	8,0	5,3	8,6	14,6	4,7	24,2
D- Indústrias transformadoras	2,3	3,5	2,5	4,7	3,6	2,2	2,0	1,5	5,9
DA- Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	3,7	6,6	6,7	8,6	4,9	2,7	1,0	5,1	3,9
DB- Indústria têxtil	-4,3	-3,2	-3,0	-0,5	-3,0	-3,5	-0,9	-6,7	1,1
DC- Indústria do couro e dos produtos de couro	-8,7	-7,9	-9,3	-5,4	-3,1	-7,5	-9,8	-7,3	-5,0
DD- Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	3,2	4,4	2,0	3,7	3,8	4,8	-0,3	0,5	2,5
DE- Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão	1,8	6,3	-0,4	1,7	-1,8	-3,7	-2,5	-1,2	17,1
DF- Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear	2,7	0,4	-1,9	-9,3	-3,9	-6,5	-9,7	-6,4	-25,4
DG- Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	1,6	1,9	-3,8	1,7	1,3	-0,4	-0,3	-1,1	1,2
DH- Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	-0,1	-3,5	1,5	11,7	11,5	13,4	23,5	2,1	11,5
DI- Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	-1,5	-2,5	-2,5	-0,1	4,1	0,9	0,1	0,1	2,6
DJ- Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	5,7	2,0	4,2	0,8	0,8	5,7	5,7	3,0	4,9
DK- Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.	-1,1	-2,5	-7,0	-0,5	-1,4	-1,8	-6,5	0,8	3,4
DL- Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	18,3	21,2	16,7	18,2	16,5	12,2	14,5	10,6	19,6
DM- Fabricação de material de transporte	3,7	6,5	15,4	21,8	10,1	6,0	-3,1	6,8	2,8
DN- Indústrias transformadoras, n.e.	-6,7	-2,3	-1,2	0,1	4,0	0,6	3,5	-4,4	2,4
E- Produção e distribuição de electricidade, gás e água	7,7	6,3	18,1	1,0	-11,5	-5,2	-8,1	-1,8	-13,3
EE- Produção e distribuição de electricidade, gás e água	7,7	6,3	18,1	1,0	-11,5	-5,2	-8,1	-1,8	-13,3

Fonte: INE

No sector da **Construção** (Quadro 3.5), de acordo com o Banco de Portugal, em Outubro de 2007 as vendas de cimento (14,9%), acentuaram a tendência positiva do 3º trimestre (1,8% VH), registando o valor mensal mais elevado desde Dezembro de 2001. Os Indicadores de Confiança do Eurostat e do INE, apontam para uma perda de confiança em média nos meses de Outubro e Novembro face à recuperação registada no 3º trimestre. A carteira de encomendas (INE), em Outubro e Novembro (-60,0 SRE-VE, em média) manteve-se abaixo do valor do 3º trimestre (-58,0 SRE-VE), bem como as Perspectivas de Emprego, nos próximos 3 meses (INE) e a Apreciação da actividade nos últimos 3 meses (INE).

Quadro 3.5
Indicadores sectoriais para a Construção

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Set-07	Out-07	Nov-07
Índice de produção na construção e obras públicas	INE	VH/VM3M	-7,9	-7,2	-6,8	-4,7	-2,4	-2,4		
Vendas de cimento (1)	BP	VH	-8,9	-6,9	-4,0	-3,9	1,8	0,4	14,9	
Licenciamento de obras	INE	VH	-8,0	-9,8	-11,4	-9,6				
Índice de Novas Encomendas na Construção e Obras Públicas	INE	VH	4,3	4,9	-14,3	-21,5	-17,4	:	:	:
Indicador de Confiança na Construção (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-34,0	-40,3	-39,0	-38,3	-34,7	-34,0	-37,0	-33,0
Inquérito Mensal de Conjuntura à Construção e Obras Públicas										
Indicador de confiança da Construção e Obras Públicas	INE	SRE-VE	-47,7	-48,7	-43,8	-40,7	-38,7	-38,5	-40,5	-45,0
Carteira de Encomendas (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-65,7	-67,3	-65,7	-60,0	-58,0	-56,0	-60,0	-60,0
Perspectiva de Emprego - próximos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-29,7	-30,0	-22,0	-21,3	-19,3	-21,0	-21,0	-30,0
Apreciação da actividade nos últimos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-25,3	-28,0	-25,3	-22,3	-24,3	-25,0	-26,0	-25,0
Perspectiva de Preços - próximos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-22,3	-20,0	-18,3	-17,7	-18,3	-16,0	-17,0	-14,0
Índice de Emprego na Construção e Obras Públicas	INE	VH	-6,8	-6,1	-5,6	-4,2	-2,5	-2,7		

(1) Vendas de cimento das empresas nacionais para o mercado interno excluindo importações de cimento.

Relativamente ao sector dos **Serviços** (Quadro 3.6), o Índice do Volume de Negócios acelerou em Outubro (5,5 VH M3M) face ao 3º trimestre (5,2 VH, M3M) e o Volume de Vendas (Novembro), 21,6 SRE-VE, registou uma melhoria significativa face ao nível registado no 3º trimestre, sugerindo um maior dinamismo da procura interna. Em Novembro, os indicadores de confiança do INE e do Eurostat apontam para conclusões diferentes. De acordo com o INE melhora o nível de confiança do sector, em Outubro e

¹ Corrigidos de dias úteis e sazonalidade.

Novembro face ao 3º trimestre, bem como a Carteira de encomendas externa, a Actividade da empresa nos últimos 3 meses e as Perspectivas da procura para os próximos 3 meses.

No sector do **Comércio**, há a registar uma melhoria do Indicador de confiança em Outubro e Novembro face ao aos níveis do 3º trimestre, extensível ao Comércio a Retalho e ao Comércio por Grosso. De assinalar ainda, no sector do Comércio a Retalho, uma melhoria no Índice do Volume de Negócios em Outubro (0,9%, M3M) face ao valor do 3º trimestre (0,5%, M3M) bem como dos níveis de Emprego. Em contrapartida, deteriorou-se o indicador Volume de Vendas no Comércio abrangendo com especial enfoque o sector do comércio a retalho. Essa deterioração foi justificada pela componente Comércio a Retalho que viu diminuir este indicador em Novembro (-11,3 (SRE-VE), face ao 3º trimestre (-1,6 (SRE-VE).

Quadro 3.6
Indicadores Sectoriais para os Serviços e Comércio

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	3T06	4T06	1T07	2T07	3T07	Set-07	Out-07	Nov-07
Índice de volume de negócios nos Serviços	INE	VH,M3M	2,9	0,2	3,7	4,0	5,2	5,2	5,5	
Volume de vendas - tendência actual (vcs)	INE	SRE-VE	7,7	7,9	6,2	5,4	8,8	7,0	18,8	21,6
Indicador de confiança dos Serviços (vcs)	Eurostat	SRE-VE	11,7	12,7	17,7	21,0	22,0	21,0	19,0	19,0
Indicador de confiança dos Serviços (vcs)	INE	SRE-VE	4,5	7,2	6,6	9,1	9,4	11,1	9,7	17,0
Carteira de encomendas - últimos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	2,7	5,6	9,4	9,9	9,5	11,3	4,1	17,4
Actividade da empresa - últimos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	-3,4	-1,4	-1,1	4,9	2,3	6,1	0,9	10,7
Perspectivas da procura-próximos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	14,2	17,4	11,6	12,7	16,4	15,9	24,1	22,9
Índice de Emprego nos Serviços	INE	VH	-0,8	-1,0	0,0	-0,4	0,0	0,2	0,1	
Volume de Vendas no Comércio (últimos 3 meses)	INE	SRE-VE	-10,5	-4,2	-9,6	-3,7	0,6	-5,1	-2,2	-3,4
Indicador de confiança no Comércio	INE	SRE-VE	-6,8	-6,3	-6,3	-6,5	-7,5	-6,4	-6,2	-5,3
Perspectivas de actividade (próximos 3 meses)	INE	SRE-VE	3,2	5,2	6,0	7,2	0,7	2,4	7,0	7,0
Nível de existências	INE	SRE-VE	5,0	4,2	5,4	6,6	6,1	4,1	4,9	5,7
Índice Volume Negócios no Comércio a Retalho (1)	INE	VH, M3M	3,4	1,2	1,7	0,1	0,5	0,5	0,9	
Volume de Vendas no Comércio a Retalho (2)	INE	SRE-VE	-15,3	-6,2	-13,2	-5,7	-1,6	-14,2	-3,2	-11,3
Indicador de Confiança no Comércio a Retalho (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-0,7	3,3	4,0	6,3	7,0	7,0	8,0	8,0
Indicador de Confiança no Comércio a Retalho	INE	SRE-VE	-14,3	-12,8	-12,2	-12,7	-13,6	-12,2	-10,7	-10,7
Índice de Emprego no Comércio a Retalho	INE	VH	0,6	0,0	0,4	1,3	2,2	2,6	2,7	
Bens alimentares	INE	VH	0,0	0,3	1,3	4,6	6,1	6,7	6,9	
Bens não alimentares	INE	VH	1,0	-0,1	-0,2	-0,7	-0,3	0,0	0,1	
Volume de Vendas no Comércio por Grosso - últimos 3 meses	INE	SRE-VE	-6,6	-2,6	-6,8	-2,1	2,3	2,4	-1,3	2,9
Encomendas a fornecedores - próximos 3 meses	INE	SRE-VE	0,0	-9,2	-7,1	-7,0	-6,2	-2,9	-2,0	-5,8
Indicador de Confiança no Comércio por Grosso	INE	SRE-VE	-0,7	-1,0	-1,5	-1,4	-2,5	-1,7	-2,6	-1,0

(1) Valor deflacionado e corrigido de sazonalidade e dias úteis
(2) Valor corrigido de sazonalidade e dias úteis

Figura 3.1
Indicadores de Confiança

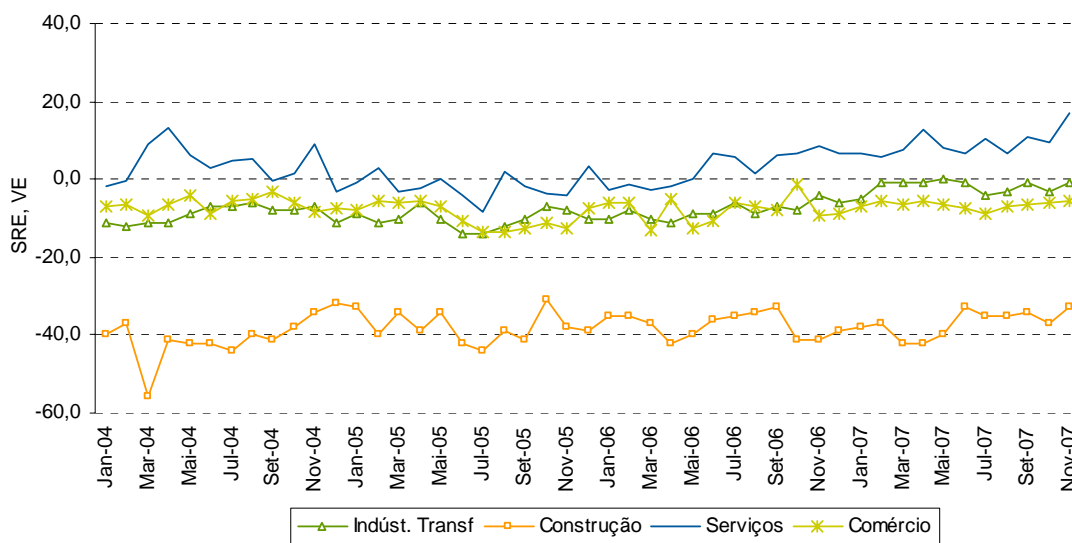
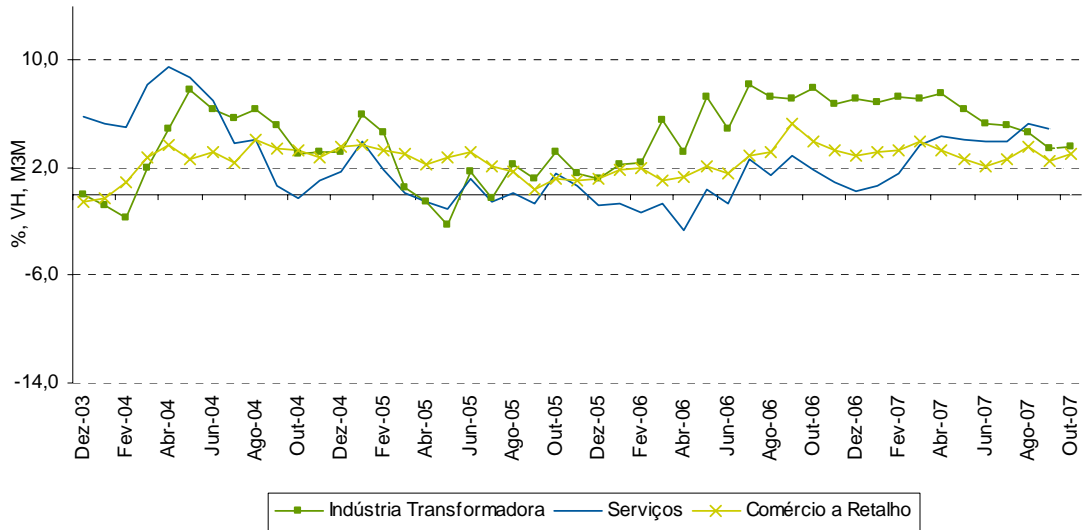


Figura 3.2
Índice de Volume de Negócios



4. Ensaios: Economic Growth in the EU: Institutions and Governance issues^{2*}

Por: Annette Bongardt e Francisco Torres.

4.1. Introduction

European economic integration is at the centre of the European integration process. It is therefore fundamental for the political and economic sustainability of the European Union (EU) that the internal market be perceived as delivering (growth, employment) in today's changed market and technological environment and that economic advantage is taken of the opportunities opened up by liberalisation in the internal market, globalisation, the faster pace of technical change, the knowledge-based economy, or indeed climate change. Yet, output delivery requires doing away with structural problems that impair productivity and economic growth in European mixed economies. The capacity to do so hinges very much on governance, in particular when reforms to realise international synergies and complementarities or policy-learning with a view to common goals involve not only the EU but as well the member state level.

European economic integration and in particular the internal market condition the economic policy framework facing member states and have been instrumental in putting in motion governance patterns. The Lisbon Agenda is a case in point. Motivated by international competitiveness concerns, it came to outline an economic and social strategy meant to re-launch the EU in a changed context of worldwide competition and a knowledge-based economy. Its success ultimately depends on whether necessary coordination to implement policies with an EU rationale can be achieved in order to realise the static and dynamic efficiency properties of the internal market when increased liberalisation and market coordination by itself are not sufficient.

The Lisbon Agenda can thus be considered an exercise in policy coordination to ensure that member states' over-regulated economies comply both with liberalisation in the internal market and with an adequate Europe-wide institutional environment for sustainable growth without coordination mismatches, protectionism and market segmentation. This raises the question of the appropriate governance level and of the regulatory model to adopt (systems competition and/or European regulation). The article here summarised explores in more detail three domains – innovation, services and social models – where policy coordination promises to be beneficial with a view to competitiveness.

4.2. Liberalisation and the need for policy coordination

The EU 'club', distinguishing itself from other international organisations by being highly integrated not only economically but possessing a strong political dimension, has expanded at the expense of (and indeed prevailed over) inter-governmental models of European economic integration (such as EFTA). The process of integration and decision-making in the EU can be already regarded as a polity. Whereas the aimed at economic integration level (notably the common market and the customs union) implied some degree of coordination and sovereignty-sharing between member states from the outset, the need for policy

² As opiniões expressas são da responsabilidade dos autores e não coincidem necessariamente com a posição do Ministério da Economia e da Inovação.

* The authors are Associate Professor, UML, Lisbon, and Research Fellow at IEEI and Professor and Research Coordinator, IEE, Universidade Católica, Lisbon, and National Institute for Public Administration (INA), respectively. This article stems from the authors' joint research and teaching on European Economics at the University of Victoria, Canada, at INA and at the University of Aveiro in 2005 and 2006 and is part of an FCT research project on Economic Growth, Convergence and Institutions (research grant POCI/EGE/55423/2004, partially funded by FEDER).

Essay based on the article:
Annette Bongardt & Francisco Torres, 2007. "Institutions, Governance and Economic Growth in the EU: Is There a Role for the Lisbon Strategy?", *Intereconomics: Review of European Economic Policy*, Springer, vol. 42(1), pages 32-42, January. [Downloadable!]
See also: <http://ideas.repec.org/e/pto29.html>;

coordination has since advanced, driven by the evolution of the internal market. Economic integration has progressed to monetary union, (some) economic policy coordination and aspects of a political union.

It should be noted that the attractiveness of Community membership owes much to its level of economic integration, that is, to the advantages it confers on insiders through the scale and properties of its domestic market and the abolition of internal non-tariff, frictional barriers, and the common commercial policy. The Community preference translates into a disadvantage for outsiders. At different times in history, preferential trade integration has afforded the Community an advantage that made entry for third, in particular neighbouring, countries very attractive. In the first phase the trade-led model of integration allowed for scale economies in an enlarged (albeit incomplete) domestic market in goods protected by common external tariffs. In the second phase characterised by the realisation of the internal market, the root of advantage has shifted towards regulation-based integration. Successful regulation-based integration is becoming ever important given that as efficiency-enhancing external liberalisation proceeds – through the World Trade Organisation (WTO) or preferential trade agreements – any discriminatory advantage due to tariff protection that EU members possess vis-à-vis outsiders is reduced. A well-functioning internal market can again translate into a cost advantage for member states, based on efficiency gains associated with the abolition of frictional, invisible barriers to trade and the full liberalisation not only of goods but also of services and production factors, plus the creation of a dynamic advantage through capital accumulation and innovation.

The EU's market-oriented economic constitution (the creation of a European economic area by means of the liberalisation of goods, services and production factors, that is, capital and labour) implies a need for liberalisation in less market-oriented member states. In mixed economies member states also need to reassess and possibly modify their (distinctive) balance between the provision of private and of public goods by the state. The completion of the internal market is a dynamic, on-going process (not least illustrated by the growth dynamics of EU legislation) which in addition touches upon and extends to many different policy areas. Yet, unlike the internal market, those areas are not necessarily in the EU domain. Also, to the extent that liberalisation and deregulation in the EU do not do away with market failure or that negative integration does not meet with the preferences of society, the issue turns towards how to avoid governmental (regulatory) failure and towards what regulatory model to adopt.⁴ In the reality of European mixed economies, output performance of the internal market calls for a good deal of coordination between institutions and policies at the EU and the member state level and indeed for high levels of economic integration (economic policy coordination, monetary union, possibly political union), in particular when there are interdependencies.

The changes in the external environment brought about by globalisation and the new economy have obvious repercussions for the competitive pressures facing firms while economic agents' incentives and their capacity to react or take a pro-active stance are conditioned by (the design of and incentives provided by) social and economic institutions. Those (broadly defined) institutions can either smooth and facilitate or retard necessary adjustment. This raises the question as to whether the economic and institutional framework (EU and member states) is adequate for the internal market to deliver.

It is a functioning internal market that holds the key to the challenges ahead for the EU. Europe needs to adapt itself as to take advantage of globalisation and raise productivity and growth. The failure to deliver satisfactory economic performance and/or an adequate (or perceived as such) social system in a changed setting imply political risks, to the extent that public opinion might turn against internal and external liberalisation on the European internal market and in the WTO, respectively, and resist necessary

⁴ This type of consideration was everything but focused upon at the time of the inception of the Single Market programme by the mid-80s, which tended to be presented as a technical, deregulation exercise to stimulate the supply side. Yet, putting in practice the four freedoms becomes highly political in the context of the reality of European mixed economies: what is at stake is the role of the state in the economy and reforming (often path-dependent) national institutional frameworks. For the reasons outlined above, reforms that bring about changes in the institutional framework in which markets and the state operate are necessary to realise the potential gains from trade.

structural and institutional change or enlargement in the name of some “European or national model”, which might eventually threaten the EU political integration project itself.

Note that member state economic policy frameworks are conditioned by the EU internal market and by external challenges (globalisation, the new economy). The internal market, which is mostly in the EU domain, has driven liberalisation and deregulation. Its output performance depends firstly on whether member states accept the functioning of the market and secondly on whether they coordinate policies (create an adequate economic and institutional framework) when appropriate so that delivery of the internal market is neither impaired by member state protectionism nor by inadequate institutions / their sub-optimal interaction. The adaptation of national institutions and policies with an impact on the internal market has been a major challenge, considering that they were not only created in a very different economic and technological environment but that they are often path-dependent and the product of country-specific factors. To the extent that deregulation requires forms of economic coordination other than through the market it ultimately raises the issue of European regulation and of the regulatory model (an issue that became highly visible in the case of the Bolkestein services directive).

4.3. The Lisbon Agenda as an exercise in policy coordination

While society as a whole stands to benefit from internal and external liberalisation through gains from trade that contribute to higher living standards, within society there are winners and losers. Whether and how these latter ones are to be compensated will be important for the political acceptability of reforms (issues of equity and distribution), but also raises the question of sustainability and of the efficiency (providing adequate incentives) of social systems.

In line with the theory of fiscal federalism, governance should take place at the EU level when there are economies involved in pooling competences and when preferences are similar, whereas it should take place at the national level when preferences and circumstances are different. Political economy reasoning also suggests that changes at the Community level, subject to qualified majority voting (QMV), tend to go through more easily than changes at the national level, more liable to be held up and resisted by political economy forces. National policy makers are more prone to give in to political economy arguments at the national level (although burden-sharing might be easier in smaller countries), while it is easier for governments to circumvent special interest groups at the EU level when there is QMV. Resistance at the national level is aggravated by the joint impact of liberalisation and restructuring in the internal market and globalisation.

In today's more uncertain and fast-changing technological and market environment and in order to take economic advantage of globalisation and the knowledge society, innovation needs to be a wide-spread phenomenon and be encouraged, financial markets need to function and institutions need to promote change (flexible adaptation) for competitiveness. While it is measures at the EU level that condition the expected benefits from the internal market and from a single currency, the successful implementation of the Lisbon goals hinges on the coordination of many (reformed) policies and institutions at the EU and/or the national level and on governance patterns conducive to innovation and change. Among others, (reformed) institutions in Europe need to facilitate factor mobility, namely of labour out of unprofitable businesses and sectors into competitive areas as well as of capital mobility, hereby including well-functioning markets for corporate control.

The issue is then not only to avoid a policy mismatch but to realise synergies and complementarities and to facilitate policy-learning. Coordinated efforts make sense when there is interdependence between member states, such as in the case of synergies (for instance spillovers in the case of research and development (R&D) or complementarities (for example regarding liberalisation and reforms in the product and in the labour market), or when there is scope for policy-learning with a view to common goals (the case of social systems). Coordination would then take the form of joint action and of benchmarking in the light of

structural differences and of policy differences, respectively. This translates into a rationale for EU involvement in the Lisbon process in many policy areas relevant for an EU growth strategy. Yet, despite the potential benefits from coordination, in many of those the EU cannot act by itself or only if the member states give their consent. However, a coordination mismatch can be expected to negatively affect the performance of the internal market cum EMU (and any growth dividend).

With a view to the implementation of the Lisbon goals, policies whose coordination is vital involve different governance levels (EU and the member state) and coordination modes. Still, it is noteworthy that EU market integration has set in motion governance levels and modes and has meant that the competitiveness issue has gained ground. For instance, in the case of competition policy, industrial restructuring has led to more delegation to the EU level (merger regulation) but also the decentralised, parallel application by national competition authorities of EU competition law. Here EU market integration led to a different evaluation of the centralisation vs. decentralisation trade-off, notably access to information vs. regulatory capture. Also, to the extent that production factors become more mobile (in particular capital, whereas labour tends to be rather immobile within the EU and at national levels) the discussion of direct taxes with a view to competitiveness/localisation of investments and of an eventual harmonisation of direct taxes has become an issue. For instance, the Commission is trying to form a consensus on firms' tax base in the light of different member state regimes. The regulation of labour markets and of social systems has remained at the national level since the Treaty of Rome, but has become subject to benchmarking at the EU level. This reflects the fact that the question of wage and price flexibility assumes particular importance in a monetary union where there are larger interdependencies (thus the rationale for EU coordination is reinforced in the Euro-zone), given that there is a single monetary policy with only fiscal policy commitments, and also the need for innovation and productivity in the EU that puts emphasis on the adjustment capacity of the industrial fabric and of the labour market (and of institutions in general). National labour markets (and employment policies and social systems) hence are being ever more measured against their performance in terms of flexible adaptation, high levels of human capital (qualifications and skills) and a high participation rate. Adequately designed social policies can be efficiency-enhancing. Social systems as well have a bearing on labour mobility in the EU.

Against this background, the Lisbon Strategy can be considered an exercise in policy coordination. It is often identified with soft coordination through the Open Method of Coordination (OMC). Underlying the OMC is the recognition that policy coordination is a necessary condition for internalising international spillovers and complementarities. The OMC's weak point reportedly is its reliance on benchmarking (that is, peer pressure and public opinion) in the absence of formal sanctions. The fact that the implementation of national action plans that were to stimulate R&D investments, as to translate EU goals through national targets, has been slow is a case in point. Moreover, the fact that the OMC seems not to have worked as a commitment device for the Lisbon strategy contrasts with Economic and Monetary Union (EMU) where there was a timetable and there were conditions that had to be met by member states.

The 2005 mid-term review of the Lisbon Strategy was to address an excessive agenda and the shortcomings in the governance structure. It led to sharpening the Lisbon objectives to focusing more narrowly on employment and growth and also suggested the need for changes in governance in particular to ensure the coordination of national reform programmes (NRPs, substituting the previous national action programmes) which are member states' responsibility. The institution of NRPs in the refocused Lisbon strategy aims to involve stakeholders and thereby increase commitment. Both commitment in governance and acceptance of the market by member states are fundamental for attaining the common goals (growth and jobs).

However, governance changes fell short of the recommendations made in the 2004 Kok report. The report had advocated improving the governance of the Lisbon strategy by a three-legged approach, namely NRPs coordinated by EU guidelines, an EU budget with adequate resources and priorities with respect to the Lisbon objectives, and benchmarking as a coercion mechanism for poor performers. In the event, the

governance system of the reformed Lisbon strategy fell short of recommendations and came to rely on NRPs, with EU budget reform postponed and benchmarking through comparative performance indicators watered down. Coordination of reforms rests on the Integrated Guidelines for Growth and Jobs which establish numerous objectives which should be the basis for evaluation of NRPs by the Commission. Stakeholder involvement in NRPs should augment national ownership of reforms so as to help overcome national resistance to reforms with an EU rationale.

Yet, Lisbon priorities and common goals are not reflected or implemented through the EU budget and “naming and shaming” as a coercion mechanism was further weakened. It remains to be seen to what extent NRPs will trigger a national debate in poorly performing countries and whether national ownership proves sufficient to overcome national resistance to reforms with an EU rationale and increase commitment as to successfully implement reform programmes.

Still, and despite those possible governance weaknesses, it might be important to not lose sight of the fact that the very discussions prompted by and facilitated within the context of the Lisbon Agenda have meant that Lisbon has in practice already moved on beyond the OMC and makes use of a range of instruments. Increasing EU market integration is having an impact on governance, leading to new coordination needs, making coordination requirements and mismatches more visible and their resolution more pressing in the light of competitiveness considerations. On the one hand, the Lisbon process has made shortcomings more visible and led to more similar preferences and possibly circumstances. Furthermore, issues have been pulled to a European level and institutions were created, it has resulted in the application of the normal legislative process (EU directives that are the result of discussions within the Lisbon strategy), or in EU regulations.

4.4 Lisbon goals and coordination of reforms

Accepting that it would be important for the EU to grow faster - for reasons that rest on the sustainability of European varieties of the social model in the face of unfavourable demographics (an ageing population), the need to facilitate catching-up of the new and of future members, and the fact that low growth makes the political task of reform more difficult or the EU’s international political influence negligible, its capacity to do so hinges on the ability to adjust flexibly in order to be able to take advantage of globalisation.

4.4.1 Innovation and international spillovers

The European Council recognised in 2003 that the potential of any R&D policy within the Lisbon Strategy rested on global and coordinated reforms. The benefits from innovation and a knowledge-based economy can only accrue provided that multi-dimensional adjustment is allowed to take place. This encompasses functioning product and financial markets (focussing attention not only on firms’ incentives to invest in innovation and technological development but also on financing those investments), effective public support for R&D of various kinds to foster synergies and provide the right incentives for firms (research infrastructures, training, patent system) but as well competition policy enforcement (notably the absence of state aids and restrictive practices) and labour markets and social systems that encourage and smooth adaptation.

The case for the EU to coordinate and/or take measures to promote knowledge investments rests on international spillovers (promoted by geographical proximity) between member states, while the need for large-scale investment is importantly related to Europe’s proximity to the technological frontier so that productivity growth depends more on (the accumulated effect of) domestic European R&D and its commercial exploitation rather than on imitation or assimilation of knowledge from abroad. Yet, the EU budget is small compared to member state budgets and moreover inconsistent with Lisbon priorities (agriculture and structural funds account for about two thirds). EU budget spending on Community R&D

policies is also rather small in absolute terms compared to national R&D. As a consequence, EU innovation performance is strongly conditioned by the member states' innovation policies and their commitment to agreed targets. Member states' insufficient and not sustained investment can be taken as an indicator of their (in)capacity to reform and insufficient commitment towards creating a dynamic knowledge economy, and by that way as a critical impediment to higher EU long-run economic growth.

It is member states which will have to finance the largest share of R&D investments to ensure implementation of the Lisbon targets (three per cent of GDP), only part of which can come from the Community budget. The fact that the implementation of productivity-raising R&D investments thereby depends crucially on member states raises two issues. Firstly, to ensure commitment at the member state level when coordination relies on the OMC to internalise international spillovers from R&D. Secondly, apart from R&D spending targets it is necessary to consider effects on the private sector (tax policy is at the national level) and the output efficiency of R&D spending. Cost effectiveness could be promoted by the opening-up of national R&D funding to EU-wide competition – as happened with public procurement in the past - hence putting an end to the segmentation that in practice still exists along national lines. Thereby the public research efforts could contribute to creating better scale, avoid duplication and promote excellence by channelling the funds to the best researchers or research institutes at the EU level.

4.4.2 Services liberalisation and regulation

Notwithstanding its potential for employment creation, the service sector lags behind the goods sector with respect to European market integration. Liberalisation has been slow and the services sector in the EU is still segmented along national lines by national regulations with intra-EU trade in services low. The lack of competition is problematic in the light of unrealised efficiency gains to raise productivity and the need for the internal market to deliver, in particular since the weight of the services sector in the economy is so large (over 60 per cent of EU GDP). Services liberalisation brings to the forefront the issue of EU regulation and of the regulatory model. The Bolkestein services directive of 2005 that aimed at liberalising the sector by means of resorting to the home country principle was rejected. It gave way to a watered-down compromise version that does away with competition between national regulatory systems.

Deregulation in the internal market raises the question as to the regulatory model when pure market coordination is beset by market failure or regarded as not sufficient. There are various styles of complex, country-specific domestic regulation in EU member states and different degrees of tightness of regulation. In this setting, different regulatory systems are likely to contribute to the segmentation of the internal market. However, national regulations that constitute invisible barriers to trade are incompatible with the common market and market integration and the goal of services liberalisation already enshrined in the Rome Treaty. So, the question is not whether but how liberalisation will take place in Europe: by simply letting the market work (negative integration) or through positive integration, notably European regulation, harmonised European essential rules in conjunction with the mutual recognition of national regulation, or just mutual recognition. Far from constituting a mere technical deregulation exercise the liberalisation of the services sector and more specifically the fate of the services directive has illustrated that the choice of the regulatory model happens to be highly political.

In the light of different national circumstances and/or preferences and the difficulty to have European regulation on the one hand and the need to guarantee non-discrimination on the other, the Bolkestein services directive had initially embarked on the third option, mutual recognition of home country regulation for the provision of services in the internal market. Opposition to the directive was directed importantly against the home country principle which implies competition between national regulatory systems. The resistance owed much to political economy reasons, that is to powerful lobbies in (often relatively small but well protected) service sectors protected by high barriers who stood to lose most, such as liberal professions and public sector services and which managed to mobilise public support. An economic

agent's competitiveness would to an important degree depend not on own efforts, but on the – more or less – favourable regulatory framework provided by his/her home country. Firstly, it is questionable whether this is politically acceptable in the internal market, as in that case a country's regulatory system would be part of its comparative advantage (or disadvantage). Secondly, it might as well be debatable whether there would have been any race to the bottom or whether countries would not have tried to compete by means of more efficient and better quality regulatory frameworks. In the event, the discussion became focused on the defence of social models and turned against Europe (the European Constitution).

Under the compromise version of the services directive⁵ which abandoned the home country principle and thus regulatory competition, member states preserve the right to fix general obligations applicable to the service providers on their territory. This will also create more legal uncertainty that will have to be sorted out by the European Court of Justice in due time.

It should be added that the liberalisation of network industries (infrastructures and services) is beset by a similar problem. Network industry liberalisation in the internal market is one of the goals of competition policy. Liberalisation is based on a two-legged approach that involves on the one hand the regulation of network infrastructures (based on natural monopoly reasoning) notably in terms of pricing and access conditions and on the other hand the application of competition policy to the services based on those infrastructures. National regulatory authorities regulate network infrastructures and they are part of a European Regulatory Network meant to ensure necessary coordination. However, there is no European Regulator to oversee the Community dimension, whereas there is in the case of competition policy. As national regulation authorities are meant to create *ex ante* the conditions for the good functioning of the market (while the competition authorities basically enforce it *ex post*), if they limit themselves to their national market they are unlikely to create the conditions for the good functioning of network industries at the level of the single market. Governance in the EU so far has not tackled this problem. The present discussion around proposals concerning utilities, in particular the energy sector, illustrates the issue of protected national markets and lacking EU-wide competition.

4.4.3 Social models and policy learning

The Treaty of Rome, very ambitious indeed with respect to economic integration, had omitted any harmonisation of social policies as they would not distort competition. The Lisbon Strategy entails the recognition that social policy can be efficiency-enhancing.

A social system can actually encourage adjustment and thereby facilitate adaptation and relocation of production factors (labour and capital) with a view to higher efficiency, but also promote cohesion, another Lisbon goal. In fact, classifying member states' social models along two dimensions, efficiency and equity, it can be argued that the evolution of European social models towards higher efficiency is an imperative for their future sustainability, whereas equity is a matter of preference of society but also has an impact on the adjustment capacity. Adopting a dynamic perspective, social systems – more precisely their capacity to adapt and promote restructuring and more efficient resource deployment - are important from a competitiveness perspective and for realising the benefits of the internal market.

Having taken stock of these differences between the efficiency/equity properties of social systems in the EU and their ramifications for their sustainability and for the good functioning of the internal market, it is important to note that European social models are proving not to be monolithic. They are open to different efficiency/equity constellations, with fundamental welfare reform in member states being characterised by a very large variety of social and economic policy redirection and the elaboration of new principles of social

⁵ Approved by the European Parliament on 15 November 2006 and adopted by the Council on 11 December 2006 by qualified majority, and to be implemented within three years. Also note that labour law (which protects insiders and may slow down restructuring unlike social protection that can facilitate adaptation by protecting against unemployment) does not fall under the scope of the services directive.

justice. It is the very process of European economic integration that conditions social systems through EU regulation and coordination and there has been an on-going and dynamic reform process in recent decades that revealed the adaptive capacity of the European welfare states.

4.4.4 Some conclusions on Lisbon and governance

The internal market and the defence of a level playing field is at the basis of any European model. Hence it has to deliver for the model to be sustainable, as the Lisbon Agenda recognises in particular in its 2005 refocus. For the internal market to deliver in the context of globalisation and the knowledge economy, the EU needs adequate institutions that promote change and flexible adaptation in today's more uncertain and changed market and technological environment. The Lisbon Agenda sketches out something like a European model of society that envisages making compatible economic imperatives with social and economic concerns and values. The Lisbon Agenda can be considered an exercise in policy coordination in the light of European mixed economies. Its capacity to unleash the efficiency potential of the internal market hinges very much on governance, in particular when reforms to realise international synergies and complementarities or policy-learning with a view to common goals involve not only the EU but as well the member state level, while coordination mismatches can be expected to impair performance. However, liberalisation *cum* regulatory competition might not be politically acceptable in the internal market, as illustrated by the compromise on the services directive, and not do away with protectionism and market segmentation.

Efficiency is a necessary condition with a view to the sustainability of any European model albeit not sufficient, as equity considerations and ownership of reforms seem important for successful implementation (services directive, reformed Lisbon Agenda) and not necessarily contradictory (social models). The realisation of the benefits from EU market integration and the way deregulation is conducted (regulatory model) is not an apolitical process in European mixed economies.

Still, reforms do take place and institutions evolve (albeit somewhat scattered) at the European and at the member state level, and they have done so notwithstanding the absence of a constitution and/or before the ratification of the recently-approved Lisbon Treaty. There is also some evidence that competitiveness objectives are becoming more widely entrenched, not only in regard to the wider recognition of the potentially efficiency-enhancing properties of the internal market, EMU and the Lisbon Agenda, but also within European institutions (the Commission, the European Parliament).

5. Competitividade: *Global Competitiveness Index (GCI) 2007*

No *Global Competitiveness Report*, recentemente divulgado Fórum Económico Mundial, são analisados dois índices, o *Global Competitiveness Index (GCI) 2007*, que mede o potencial produtivo e competitivo das nações e o *Business Competitiveness Index (BCI) 2007* que complementa o GCI, centrando-se em factores considerados essenciais para a competitividade a nível micro económico. O GCI 2007 e o BCI 2007 cobrem, respectivamente, 131 e 127 economias.

5.1 *Global Competitiveness Index 2007*

O *Global Competitiveness Index (GCI) 2007* é construído com base num conjunto de factores críticos essenciais para impulsionar a produtividade e a competitividade das economias, os quais se encontram organizados em três sub-índices “Requisitos de Base”, “Promotores de Eficiência” e “Factores de Inovação e Sofisticação”.

Para o cálculo do GCI, os países são agrupados em três estádios de desenvolvimento (medidos através do PIB *per capita* em dólares): 1º estádio – “Baseado em Factores”, 2º estádio – “Baseado na Eficiência” e o 3º estádio – “Baseado na Inovação”⁶. Este conceito é integrado no índice global através da atribuição de pesos relativos mais altos aos pilares que são relativamente mais importantes para um determinado país em virtude do seu estádio de desenvolvimento. O Quadro 5.1 apresenta os pesos dos três sub-índices para cada um dos três estádios de desenvolvimento dos países, com os ajustamentos efectuados ao GCI de 2006.

Quadro 5.1

Estádios de desenvolvimento e pesos dos sub-índices do GCI

Estádio de desenvolvimento das economias	Peso dos sub-índices em cada estádio de desenvolvimento das economias		
	Requisitos de Base	Promotores de Eficiência	Factores de Inovação e Sofisticação
Estádio 1: "Baseado em Factores" (maior ênfase nos Requisitos de Base)	60%	35%	15%
Estádio 2: "Baseado na Eficiência" (maior ênfase nos Promotores de Eficiência)	40%	50%	10%
Estádio 3: "Baseado na Inovação" (ênfase crescente nos Factores de Inovação e Sofisticação)	20%	50%	30%

Fonte: World Economic Forum, *Global Competitiveness Report 2007-2008*

Os três sub-índices estão subdivididos em doze pilares de competitividade (mais três que no GCI 2006), e foram designados do seguinte modo: “Instituições”, “Infra-estrutura”, “Estabilidade macroeconomia”, “Saúde e ensino básico”, “Ensino pós-básico e formação”, “Eficiência do mercado de bens”, “Eficiência do mercado de trabalho”, “Sofisticação do mercado financeiro”, “Prontidão tecnológica”, “Dimensão do mercado” e “Sofisticação empresarial e Inovação” (Quadro 5.2). Cada pilar tem idêntico peso relativo no sub-índice a que pertence.

A informação de suporte utilizada na construção do GCI baseia-se em 113 variáveis das quais 79 têm origem em Inquéritos por questionário⁷ e a restante baseia-se em dados quantitativos proveniente de

⁶ Portugal integra este grupo de países.

⁷ Corresponde às respostas ao *Executive Opinion Survey* do Fórum Económico Mundial, o qual constitui a componente principal do *Global Competitiveness Report*. Trata-se de informação recolhida anualmente e que agrega uma quantidade considerável de variáveis

para as quais as fontes de dados quantitativos não existem ou são escassas. O número de entidades que fornecem as respostas tem vindo a aumentar todos os anos, situando-se actualmente acima das 11.000, distribuídas por 125 países.

fontes públicas internacionais. Estas variáveis quantitativas são normalizadas para uma escala de 1 e 7 (máximo competitivo) de modo a ajustá-las ao tipo de resultados divulgados pelo Inquérito por questionário.

Quadro 5.2
Composição dos sub-índices do GCI

Requisitos de Base	Promotores de Eficiência	Factores de Inovação e Sofisticação
4 pilares: 1º. Instituições; 2º. Infra-estrutura; 3º. Estabilidade macroeconómica; 4º. Saúde e ensino básico.	6 pilares: 1º. Ensino pós-básico e formação; 2º. Eficiência do mercado de bens; 3º. Eficiência do mercado de trabalho; 4º. Sofisticação do mercado financeiro; 5º. "Prontidão" tecnológica; 6º. Dimensão do mercado.	2 pilares: 1º. Sofisticação empresarial; 2º. Inovação.

Fonte: World Economic Forum, Global Competitiveness Report 2007-2008

Nesta secção analisa-se a posição relativa de Portugal em termos do GCI 2007 e do BCI 2007 num conjunto seleccionado de 31 países, constituído pelas 10 economias melhor posicionadas no ranking do GCI 2007 (EUA, Suíça, Dinamarca, Suécia, Alemanha, Finlândia, Singapura, Japão, Reino Unido e Holanda) e as restantes da UE27⁸.

5.2 Posicionamento de Portugal no ranking do GCI 2007

No ranking do GCI 2007, o top 10 das economias mais competitivas é liderado pelos EUA, seguidos da Suíça. Os países nórdicos mantêm posições privilegiadas, com a Dinamarca na 3ª posição (1ª na UE26) e a Suécia e a Finlândia a ocuparem, respectivamente, o 4º e o 6º lugares. Destes dez primeiros países, seis são da UE26, os três já referidos e a Alemanha, o Reino Unido e a Holanda, que ocupam respectivamente a 8ª, a 9ª e a 10ª posições. **Portugal** ocupa a 40ª posição e está à frente da Itália (46º lugar), da Grécia (65º lugar) e de oito países dos recentes alargamentos da UE e atrás da Espanha (29º) (Quadro 5.3).

Quadro 5.3
Rankings do GCI 2007 e das suas Componentes para 31 países

País	Estádio Desenv.	2007		Ranking GCI 2006 (*)	Sub-índices do GCI 2007		
		GCI	Ranking GCI		Requisitos de Base	Promotores de Eficiência	Factores de Inovação
EUA	3	5,67	1	1	23	1	4
Suíça	3	5,62	2	4	4	7	1
Dinamarca	3	5,55	3	3	1	4	8
Suécia	3	5,54	4	9	6	8	5
Alemanha	3	5,51	5	7	9	11	3
Finlândia	3	5,49	6	6	2	14	6
Singapura	3	5,45	7	8	3	6	13
Japão	3	5,43	8	5	22	13	2
Reino Unido	3	5,41	9	2	16	2	14
Holanda	3	5,40	10	11	7	9	12
Áustria	3	5,23	15	18	10	21	11
França	3	5,18	18	15	13	20	16
Bélgica	3	5,10	20	24	20	22	15
Irlanda	3	5,03	22	22	27	19	22
Luxemburgo	3	4,88	25	25	15	25	24
Estónia	2-3	4,74	27	26	29	27	35
Espanha	3	4,66	29	29	26	26	31
República Checa	2-3	4,58	33	31	42	30	28
Lituânia	2	4,49	38	39	43	41	44
Eslovénia	3	4,48	39	40	37	38	30
Portugal	3	4,48	40	43	35	33	38
Eslováquia	2-3	4,45	41	37	50	34	52
Letónia	2	4,41	45	44	47	42	72
Itália	3	4,36	46	47	54	39	32
Hungria	2-3	4,35	47	38	55	40	43
Polónia	2	4,28	51	45	64	43	61
Chipre	3	4,23	55	49	31	53	55
Malta	2-3	4,21	56	51	41	54	58
Grécia	3	4,08	65	61	48	57	59
Roménia	2	3,97	74	73	88	62	73
Bulgária	2	3,93	79	74	76	72	91

Fonte: World Economic Forum, Global Competitiveness Report 2007-2008

Nota: (*) Valores recalculados de acordo com os ajustamentos efectuados ao GCI.

⁸ Não inclui o Luxemburgo

Entre os *rankings* de 2006⁹ e 2007 e no conjunto dos países da UE27, as subidas mais significativas são as da Suécia (mais 5 posições), da Bélgica (mais 4 posições) e da Áustria e de **Portugal** (mais 3 posições cada). Os países que mais posições desceram foram a Hungria (menos 9 posições), o Reino Unido (menos 7 posições) e a Polónia e Chipre (menos 6 posições cada).

Numa análise mais detalhada dos três sub-índices do GCI 2007, os primeiros lugares são ocupados pela Dinamarca no “Requisitos de Base”, pelos EUA no “Promotores de Eficiência” e pela Suíça no “Factores de Inovação”.

Portugal, classificado no estádio de desenvolvimento “baseado na inovação”, tem uma *performance* competitiva mais favorável no sub-índice “Promotores de Eficiência” (33ª posição) do que nos “Requisitos de Base” (35ª posição) e nos “Factores de Inovação” (38º lugar), posicionando-se todos acima do índice global de Portugal (40ª posição). Desagregando ao nível dos doze pilares, Portugal apresenta, em 2007, o seguinte desempenho (ver Quadro 5.4):

- Considerando a posição de Portugal no *ranking* global do GCI 2007, os melhores desempenhos competitivos situam-se nas áreas “Infra-estrutura”, “Instituições”, “Prontidão Tecnológica”, “Saúde e Ensino Básico”, “Inovação”, “Ensino pós-básico e Formação” e “Sofisticação do Mercado Financeiro” e os piores na “Sofisticação Empresarial”, “Estabilidade Macroeconómica” e “Eficiência do Mercado de Trabalho”. A “Dimensão do Mercado” e a “Eficiência do Mercado de Bens” situam-se a nível igual ou muito próximo do índice agregado.
- As melhores posições competitivas situam-se nos pilares “Infra-estrutura” (25º lugar) e “Instituições” (27º lugar), em que Portugal está à frente de todos os países dos recentes alargamentos da UE e de países como a Irlanda (49º na “Infra-estrutura”) e os EUA e a Espanha (respectivamente, 33º e 43º nas “Instituições”).
- No pilar identificado com a “Inovação” (33ª posição) Portugal está em melhor posição do que a Espanha, a Itália, a Grécia e nove países dos recentes alargamentos da UE. Os EUA é líder absoluto neste pilar e a Finlândia é o primeiro país da UE27 (3º no *ranking* global).
- Nas quatro componentes relativas ao mercado, Portugal é mais competitivo na “Sofisticação do Mercado Financeiro” (35º lugar) do que na “Dimensão do Mercado” (40º) e na “Eficiência do Mercado de Bens” (41º). No pilar “Eficiência do Mercado de Trabalho” (83ª), Portugal tem o seu pior desempenho, assim como a Bélgica, a Espanha e a França.
- A segunda pior *performance* de Portugal está na “Estabilidade Macroeconómica” (81ª posição), sendo de referir que é neste pilar que alguns países da UE27 têm os seus piores desempenhos (casos do Reino Unido e da Alemanha) e também os EUA e o Japão.

⁹ Recalculado de acordo com os ajustamentos efectuados à metodologia em 2007.

Quadro 5.4

Rankings dos três sub-índices do GCI 2007 e dos respectivos pilares para um conjunto de 31 países

(nº de ordem em 131 países)

País	Requisitos de Base	Pilares				País	Promotores de Eficiência	Pilares						País	Factores de Inovação e Sofisticação	Pilares	
		Instituições	Infra-estrutura	Estabilidade Macroeconómica	Saúde e Ensino Básico			Ensino pós Básico e Formação	Eficiência do Mercado de Bens	Eficiência do Mercado de Trabalho	Sofisticação do Mercado Financeiro	Prontidão Tecnológica	Dimensão do Mercado			Sofisticação Empresarial	Inovação
Dinamarca	1	2	7	10	3	EUA	1	5	12	1	11	9	1	Suíça	1	2	2
Finlândia	2	1	10	9	1	Reino Unido	2	15	13	7	2	16	6	Japão	2	3	4
Singapura	3	3	3	24	19	Dinamarca	4	3	3	5	6	5	45	Alemanha	3	1	7
Suíça	4	4	4	22	14	Singapura	6	16	2	2	3	12	50	EUA	4	7	1
Suécia	6	6	12	17	5	Suíça	7	7	6	3	21	3	37	Suécia	5	4	6
Holanda	7	10	11	20	10	Suécia	8	2	7	37	9	1	34	Finlândia	6	11	3
Alemanha	9	7	1	60	40	Holanda	9	10	8	32	15	4	19	Dinamarca	8	6	10
Áustria	10	11	14	40	15	Alemanha	11	20	14	47	14	21	5	Áustria	11	5	15
França	13	22	2	59	12	Japão	13	22	19	10	36	20	4	Holanda	12	8	13
Luxemburgo	15	14	21	15	35	Finlândia	14	1	10	29	17	11	49	Singapura	13	18	11
Reino Unido	16	15	13	46	21	Irlanda	19	21	4	19	5	25	46	Reino Unido	14	13	14
Bélgica	20	23	15	65	13	França	20	18	24	98	24	22	7	Bélgica	15	12	16
Japão	22	24	9	97	23	Áustria	21	17	5	42	28	18	35	França	16	10	17
EUA	23	33	6	75	34	Bélgica	22	11	21	91	22	24	25	Irlanda	22	22	19
Espanha	26	43	19	32	37	Luxemburgo	25	43	18	39	8	10	81	Luxemburgo	24	23	24
Irlanda	27	18	49	21	16	Espanha	26	31	40	95	34	28	12	Rep. Checa	28	30	27
Estónia	29	34	36	14	30	Estónia	27	23	27	26	31	19	91	Eslovénia	30	31	30
Chipre	31	36	26	55	18	Rep. Checa	30	28	38	35	53	35	38	Espanha	31	27	39
Portugal	35	27	25	81	32	Portugal	33	34	41	83	35	31	40	Itália	32	24	47
Eslovénia	37	44	37	29	22	Eslováquia	34	41	35	25	33	36	57	Estónia	35	44	31
Malta	41	31	47	66	38	Eslovénia	38	24	39	51	47	29	72	Portugal	38	45	33
Rep. Checa	42	69	41	43	29	Itália	39	36	55	128	86	27	8	Hungria	43	46	37
Lituânia	43	58	48	38	43	Hungria	40	33	59	58	51	41	41	Lituânia	44	42	48
Letónia	47	59	56	44	45	Lituânia	41	25	44	44	54	38	67	Eslováquia	52	52	51
Grécia	48	49	35	106	42	Letónia	42	29	47	36	38	40	82	Chipre	55	50	61
Eslováquia	50	60	58	62	39	Polónia	43	35	69	49	64	51	22	Malta	58	60	62
Itália	54	71	55	96	25	Chipre	53	38	37	80	39	44	98	Grécia	59	62	63
Hungria	55	54	54	107	41	Malta	54	40	46	103	20	32	120	Polónia	61	68	58
Polónia	64	82	80	56	36	Grécia	57	39	60	12	60	58	39	Letónia	72	71	77
Bulgária	76	109	84	47	56	Roménia	62	54	74	85	78	59	43	Roménia	73	73	76
Roménia	88	94	100	84	52	Bulgária	72	66	90	73	74	65	61	Bulgária	91	92	88

Fonte: World Economic Forum, Global Competitiveness Report 2007-2008

5.3 Posição relativa de Portugal no ranking do BCI 2007

O **Business Competitiveness Index (BCI)**¹ 2007 recorre também a uma combinação de dados quantitativos e qualitativos. Contudo, o núcleo principal dos dados utilizados neste Índice baseia-se nas 11.127 respostas ao *Executive Opinion Survey*². O BCI é composto por dois sub-índices: Qualidade do ambiente empresarial nacional, que pesa 82,5% e Operações e estratégia empresariais com o peso de 17,5%.

No *ranking* do BCI 2007, os EUA e a Alemanha continuam a liderar quer no índice global, quer nos dois sub-índices. Os países nórdicos no seu conjunto melhoraram a posição face a 2006, com a Finlândia e a Dinamarca a manterem respectivamente, as 3ª e 5ª posições, e a Suécia a ascender ao 4º lugar (era 7º em 2006). **Portugal** está classificado na 30ª posição do *ranking* do índice global, à frente da Itália, da Grécia e dos países dos alargamentos da UE, com excepção da Estónia. Face ao *ranking* de 2006, Portugal desceu duas posições no BCI 2007, tendo sido ultrapassado pela Espanha, nomeadamente.

Em termos dos sub-índices do BCI 2007, **Portugal** está melhor posicionado no sub-índice “Qualidade do ambiente empresarial nacional” (29º lugar, menos 3 lugares que em 2006) e pior nas “Operações e estratégia empresariais” (40º lugar, o mesmo que em 2006) (Quadro 5.5).

Quadro 5.5

Rankings BCI e Sub-índices 2007

País	Rankings 2007 (em 127 países)			Rankings 2006 (em 121 países)		
	BCI	Sub-índices		BCI	Sub-índices	
		Qualidade do ambiente empresarial nacional	Operações e estratégia empresariais		Qualidade do ambiente empresarial nacional	Operações e estratégia empresariais
EUA	1	1	1	1	1	1
Alemanha	2	2	2	2	2	2
Finlândia	3	3	9	3	3	8
Suécia	4	4	3	7	8	3
Dinamarca	5	5	5	5	6	6
Suíça	6	6	4	4	4	4
Holanda	7	7	7	6	5	7
Áustria	8	9	8	12	14	10
Singapura	9	8	14	11	11	21
Japão	10	12	6	9	9	5
Reino Unido	11	11	11	8	7	9
Bélgica	15	16	13	17	17	13
França	17	18	12	16	18	11
Irlanda	24	24	22	22	23	27
Estónia	26	26	35	24	24	35
Espanha	27	27	30	30	31	31
Portugal	30	29	40	28	26	40
Rep. Checa	32	32	31	32	32	28
Eslovénia	35	34	29	36	36	34
Lituânia	39	43	39	41	40	63
Malta	40	38	60	42	45	37
Itália	42	45	32	38	42	32
Eslováquia	44	44	45	40	39	45
Chipre	45	39	66	45	43	67
Hungria	47	46	56	39	35	43
Grécia	53	52	57	49	47	53
Letónia	54	51	62	47	48	47
Polónia	56	56	55	53	53	49
Roménia	73	74	81	71	69	71
Bulgária	83	77	95	79	76	86

Fonte: World Economic Forum, Global Competitiveness Report 2007-2008
 Nota: Não inclui o Luxemburgo

¹ Os autores do relatório estimam que o BCI explica mais do que 82% da variação do nível do PIB *per capita* no conjunto dos países cobertos, confirmando a importância crítica dos factores micro económicos para a prosperidade das nações.

² Ver nota de rodapé 2.

6. Agenda

6.1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Conselho Competitividade</p>	<p>O Conselho da União Europeia - Competitividade (Mercado Interno, Indústria e Investigação) reuniu nos passados dias 22 e 23 de Novembro, em Bruxelas, sob a presidência do Ministro da Economia e da Inovação, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Secretário de Estado da Justiça.</p> <p>Destacam-se os seguintes resultados do Conselho:</p> <p>O Conselho adoptou conclusões sobre a política da competitividade da UE, numa abordagem integrada da política industrial, da política para as PME, da estratégia para <i>e-skills</i> (competências para a sociedade da informação) e das prioridades para a inovação, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rever a política industrial num sentido sustentável, assegurando condições equitativas de concorrência para as empresas europeias; convergência de normas e regras a nível internacional e maior abertura, recíproca e equilibrada, dos mercados internacionais e acordos sectoriais globais de partilha de responsabilidades nos desafios energéticos e ambientais a nível internacional. - Rever a política das PME, diminuindo os custos administrativos; melhorando os mecanismos de financiamento das PME sublinhando o financiamento à inovação; facilitando o acesso ao mercado através da melhoria do funcionamento do mercado interno e da exigência de reciprocidade nos mercados externos; promovendo o acesso a novas competências e <i>e-skills</i> com a implementação de um programa “tipo” Erasmus para as empresas e empresários. <p>O Conselho adoptou conclusões sobre a simplificação do ambiente empresarial para as empresas europeias nas áreas do enquadramento legal, contabilidade e auditoria, estabelecendo o objectivo de redução dos custos administrativos para as empresas em 25% até 2012, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reformar procedimentos administrativos preventivos da legalidade, nestes domínios, que impõem custos desnecessários às empresas e investidores no mercado interno; - Assegurar que os requisitos impostos às empresas, particularmente nas áreas da contabilidade e auditoria, sejam colocados ao devido nível e adequados à dimensão e natureza dessas empresas; - Generalizar o uso dos meios electrónicos nas relações entre as empresas e a administração pública e simplificar os procedimentos através de soluções de balcão único <p>O Conselho adoptou conclusões sobre uma Agenda para o Turismo Europeu Competitivo e Sustentável, introduzindo este sector na agenda política e económica europeia. Sublinhada a importância do turismo para o crescimento, emprego e desenvolvimento regional e o interesse numa acção concertada entre a UE, Estados Membros e organizações internacionais.</p> <p>O Conselho conseguiu um acordo político sobre o <i>draft</i> do Regulamento que estabelece o Instituto Europeu da Inovação e Tecnologia.</p> <p>O Conselho concordou na generalidade com as quatro propostas que visam o estabelecimento das Iniciativas Tecnológicas Conjuntas, nos seguintes domínios: Medicamentos Inovadores, Sistemas Informáticos incorporados, Tecnologias Nano-electrónicas e Aeronáutica.</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>O Conselho adoptou conclusões sobre o futuro da ciência e da tecnologia, sobre informação científica e sobre nanociência. Aprovou uma resolução sobre a modernização das universidades para a competitividade da Europa.</p> <p>O Conselho concordou na generalidade com a participação da Comunidade num programa que visa aumentar a qualidade de vida dos idosos através do uso de novas tecnologias.</p>
<p>Programa SIM - Soluções Integradas para a Modernização das PME</p>	<p>Na sequência do Conselho Europeu para a Competitividade, no dia 23 de Novembro, foi lançado a nível nacional, o Portal SIM.</p> <p>O Portal SIM é uma das medidas da nova política nacional para as PME que divulga as orientações estratégicas nacionais em matéria de empresas, alinhadas com as prioridades da Estratégia Europeia para as PME, disponibilizando aos empresários soluções integradas para os apoiar na modernização das suas empresas.</p> <p>Através deste portal os empresários passam a ter à sua disposição de forma simples e organizada, soluções integradas para criar e empreender, obter qualificações para gerir, crescer e inovar ou exportar e internacionalizar a actividade das suas empresas.</p> <p>Das soluções disponibilizadas destacam-se instrumentos de financiamento, como o acesso simplificado aos programas e apoios para a competitividade do QREN, oportunidades de acesso a mercados, contactos com instituições de suporte e iniciativas de e-government, que simplificam a relação entre os empresários e a Administração Pública.</p>
<p>Alterações Climáticas</p>	<p>O Conselho de Ministros, de 6 de Dezembro de 2007, aprovou o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) relativo ao período 2008-2012, designado por PNALE II, bem como as novas metas 2007 do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2006) e revogou a Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2005, de 3 de Março, que aprovou o PNALE relativo ao período de 2005-2007</p> <p>A presente Resolução vem consolidar os compromissos nacionais relativos ao combate às alterações climáticas, no âmbito do Protocolo de Quioto, incorporando no PNAC as novas metas assumidas no início deste ano para os sectores da energia e dos transportes. Estas metas, em especial o reforço das energias renováveis, e da incorporação de biocombustíveis, dotando o PNAC de um potencial de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) de 1,556 milhões de toneladas por ano.</p> <p>A Resolução vem também aprovar PNALE, relativo ao período de 2008-2012 (PNALE II), o qual abrange as emissões de CO2 das instalações do sector industrial e electroprodutor incorporados no Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE).</p> <p>O PNALE II traduz um esforço de redução para as instalações abrangidas pelo CELE, uma vez que o valor atribuído anualmente para o período 2008-2012 para as instalações existentes (30,5 Mt CO2e) é inferior às emissões verificadas nestas instalações em 2006 (33,1 Mt CO2e) e o montante destinado à reserva para novas instalações (4,3 Mt CO2e) será cancelado caso não seja utilizado.</p>
<p>Energia</p>	<p>No Conselho de Ministros de 8 de Novembro de 2007, foi aprovado o Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico de acesso e exercício das actividades de produção de energia eléctrica a partir da energia das ondas, em cumprimento de uma directiva comunitária relativa à produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis.</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>Com esta medida, pretende-se não só contribuir para a produção e o aproveitamento de energias renováveis, de acordo com o estabelecido na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, como incentivar a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico. Neste sentido, é estabelecida uma zona piloto, situada a oeste de São Pedro de Moel, para além dos 30 metros de profundidade, visando a criação de condições para o desenvolvimento de um <i>cluster</i> de produção de energia, que deverá envolver os centros de excelência nacionais e tornar-se internacionalmente competitivo.</p> <p>Actualmente, já se encontra em processo de instalação um primeiro parque de produção de energia a partir das ondas, situado ao largo da Póvoa do Varzim, que será agora enquadrado nesta nova legislação.</p>

6.2. Selecção de medidas legislativas

Assunto Diploma	Sumário
<p><i>Electricidade - Micro-Produção</i> Decreto-Lei n.º 363/2007 - I Série n.º 211, de 2/11</p>	<p>Estabelece o regime jurídico aplicável à produção de electricidade por intermédio de unidades de micro-produção. Este diploma vem desta forma implementar duas medidas contempladas na Estratégia Nacional para a Energia, no que respeita às linhas de orientação política sobre renováveis e eficiência energética, descentralizando a produção de energia eléctrica. Paralelamente, concretiza-se mais uma medida do Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa - Simplex 2007, procedendo à simplificação do processo de licenciamento da micro-produção e reunindo num só diploma todo o quadro legal referente à actividade de micro-produção de electricidade. Destacam-se as seguintes ideias principais deste regime: - O princípio de que a electricidade produzida se destine predominantemente a consumo próprio, sendo o excedente passível de ser entregue a terceiros ou à rede pública, com o limite de 150 kW de potência no caso da entrega ser efectuada à rede pública; - A criação do Sistema de Registo da Micro-Produção (SRM), meio electrónico de interacção com os produtores, no qual todo o relacionamento com a administração poderá ser realizado; - A substituição do antigo processo de licenciamento por um acto de registo no Sistema de Registo de Micro-Produção (SRM); - O estabelecimento de um regime simplificado de facturação e de relacionamento comercial, evitando a emissão de facturas e acertos de IVA pelos particulares, que para esse efeito são substituídos pelos comercializadores. O micro-produtor recebe ou paga através de uma única transacção, pelo valor líquido dos recebimentos relativos à electricidade produzida e dos pagamentos relativos à electricidade consumida. - A criação de dois regimes de remuneração. Um regime geral para a generalidade das instalações e um regime bonificado apenas aplicável às fontes renováveis de energia. Este novo regime entra em vigor a 31 de Janeiro de 2008.</p>
<p><i>Livro de Reclamações – Alteração</i> Decreto-Lei n.º 371/2007 - I Série n.º 213, de 6/11</p>	<p>Altera o regime que obriga à disponibilização do livro de reclamações em todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores (Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, o qual é agora objecto de republicação). Com esta alteração pretende-se alargar o universo dos estabelecimentos sujeitos à obrigação de possuírem e disponibilizarem o livro de reclamações, reforçando, deste modo, o direito dos consumidores a apresentarem reclamação, com o objectivo de contribuir para a melhoria da qualidade do serviço prestado. Assim, passam a constar da lista os estabelecimentos de reparação de bens pessoais e domésticos, os estabelecimentos notariais privados, os estabelecimentos das empresas de promoção imobiliária, os estabelecimentos das empresas de ocupação ou de actividades de tempos livres e as clínicas veterinárias. O presente diploma entra em vigor a 5 de Janeiro de 2008.</p>
<p><i>Tribunais Judiciais - Medidas de Descongestionamento</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2007 - I Série n.º 213, de 6/11</p>	<p>Aprova um conjunto de orientações e medidas com o objectivo de descongestionar os tribunais judiciais e contribuir para uma gestão mais racional do sistema de Justiça no sentido de melhorar a capacidade de resposta dos tribunais à crescente procura dos seus serviços. Para este efeito promove-se a resolução de litígios fora dos tribunais e pretende-se aprovar até ao final de 2007, a revisão do regime jurídico da locação financeira com o objectivo de evitar acções judiciais desnecessárias em diversas situações.</p>

Assunto Diploma	Sumário
	<p>Uma das medidas mais relevantes consiste na criação de um regime temporário e especial de incentivo à extinção da instância por transacção, compromisso arbitral, confissão e desistência do pedido, tendo em conta o valor da acção, dispensando o pagamento das custas judiciais que normalmente seriam devidas por autores, réus ou terceiros intervenientes. Pretende-se, igualmente, aprovar até ao final do ano de 2007, a desjudicialização do processo de inventário, considerando que o tratamento pela via judicial deste processo resulta particularmente moroso, assegurando sempre o acesso aos tribunais em caso de conflito. Pretende-se, ainda, promover – até ao final do ano de 2008 – uma medida que visa evitar que se tenha de propor um processo judicial quando exista acordo entre trabalhador e empregador relativamente ao grau de incapacidade do primeiro, na sequência de um acidente de trabalho. Evita-se assim a intervenção do tribunal quando não exista conflito, permitindo simultaneamente que a eventual compensação ao trabalhador seja mais rapidamente concedida. Esta medida não dispensa a intervenção de entidades administrativas independentes, designadamente para a verificação do grau de incapacidade resultante do acidente de trabalho. A Resolução aprova, também, um conjunto de medidas que incentivam o recurso a meios de resolução alternativa de litígios. Desta forma, será criado um centro de arbitragem para dirimir litígios em matéria de propriedade industrial. Os actos necessários para a concretização desta medida devem ser aprovados até ao final de 2007. Por seu turno, até ao final de 2008, serão alargados os Sistemas de Mediação Familiar e de Mediação Laboral, ambos já em funcionamento, a todo o território nacional. Complementarmente a estas medidas será alterado o regime das custas judiciais, de forma a que a parte que tenha inviabilizado a utilização de mecanismos de resolução alternativa de litígios – definidos em portaria do membro do Governo responsável pela área da Justiça – seja responsável pelo pagamento de custas. Esta medida será aprovada até Janeiro de 2008. Finalmente, num outro plano, procede-se à aprovação dos actos legislativos necessários à criação de, pelo menos, quatro julgados de paz em 2007 e, pelo menos, quatro até final de Março de 2008.</p>
<p><i>Reforma da Formação Profissional</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2007 - I Série n.º 214, de 7/11</p>	<p>Aprova um conjunto de medidas de reforma da formação profissional, acordada com a generalidade dos parceiros sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social. Estas medidas têm por objectivo aumentar o acesso dos jovens e adultos a oportunidades de qualificação ao longo da vida e assegurar a qualidade do investimento em formação. Com vista à implementação desta reforma prevê-se a criação de dois instrumentos estruturantes: - O Sistema Nacional de Qualificações, criando, nesse âmbito, o Quadro Nacional de Qualificações, o Catálogo Nacional de Qualificações e a Caderneta Individual de Competências; - O Sistema de Regulação de Acesso a Profissões.</p>
<p><i>Constituição Imediata de Associações</i> Portaria n.º 1441/2007 - I Série n.º 214, de 7/11</p>	<p>Indica como conservatórias competentes para a tramitação do regime especial de constituição imediata de associações: a Conservatória do Registo Comercial de Braga, de Coimbra, de Évora, de Lisboa, de Loulé, do Porto, e de Vila Nova de Gaia, e ainda o Registo nacional de Pessoas Colectivas. Esta portaria produz efeitos desde 31 de Outubro de 2007.</p>
<p><i>Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial</i> Decreto-Lei n.º 376/2007 - I Série n.º 215, de 8/11</p>	<p>Adopta as medidas necessárias para garantir a aplicação em Portugal do Regulamento (CE) n.º 1082/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho, sobre os agrupamentos europeus de cooperação territorial (AECT). Neste sentido, define quais as entidades portuguesas que podem ser membros de um AECT e quais os procedimentos a seguir para o constituir ou para autorizar a participação de entidades portuguesas num AECT, a formar noutra Estado-Membro da Comunidade Europeia. O Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional é a entidade nacional competente para receber as notificações dos futuros AECT. A Inspeção-Geral de Finanças é a entidade nacional competente em matéria de controlo da gestão de fundos públicos pelos AECT. O presente diploma entrou em vigor a 9 de Novembro de 2007.</p>
<p><i>Investimento em Capital de Risco</i> Decreto-Lei n.º 375/2007 - I Série n.º 215, de 8/11</p>	<p>Regula o exercício da actividade de investimento em capital de risco através de sociedades de capital de risco, de fundos de capital de risco ou de investidores em capital de risco. O estabelecimento deste novo regime jurídico aplicável à actividade de capital de risco, tem por objectivo a flexibilização, simplificação e incremento da actividade enquanto instrumento de apoio ao arranque, à reestruturação e à expansão empresarial, nomeadamente em áreas de base científica e tecnológica. Destacam-se como principais características do regime: - O reconhecimento dos investidores designados business angels, introduzidos no ordenamento jurídico nacional através da figura dos Investidores em Capital de Risco (ICR). - Elimina-se a delimitação dos Fundos de Capital de Risco (FCR) com base no tipo de investidor que nele pode participar. Em contrapartida, estabelece-se um mínimo de</p>

Assunto Diploma	Sumário
	<p>subscrição de 50 000 euros para o investimento em FCR. - Consagra-se o regime da subscrição faseada dos FCR, bem como a extinção da obrigatoriedade dos valores que integram o património do FCR serem confiados a uma única instituição depositária. - Prevê-se, no que se refere às Sociedades de Capital de Risco (SCR), a possibilidade de se constituírem SCR com o objecto principal circunscrito à gestão de FCR, às quais, por não exporem o seu balanço aos riscos emergentes da detenção de uma carteira de participações, apenas se exige um capital social mínimo de 250 000 euros. No que respeita a medidas de simplificação merece relevo o facto de, quer a constituição dos FCR, quer o início de actividades dos ICR e das SCR dependerem de um acto administrativo de registo prévio simplificado. Paralelamente, sujeita-se a mera comunicação prévia à CMVM dos ICR, dos FCR e das SCR cujo capital não seja colocado junto do público e cujos detentores do capital sejam apenas a investidores qualificados ou subscritores de montante igual ou superior a 500 000 euros. É revogado o Decreto-Lei n.º 319/2002, de 28 de Dezembro. O presente diploma entrou em vigor a 9 de Novembro de 2007.</p>
<p><i>Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3</i> Decreto-Lei n.º 381/2007 - I Série n.º 219, de 14/11</p>	<p>Approva a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3, abreviadamente designada por CAE-Rev.3, em consonância com as classificações de actividades da União Europeia e das Nações Unidas. Desta forma harmonizam-se as várias categorias da nomenclatura das actividades na Comunidade Europeia garantindo assim a fiabilidade e comparabilidade dos dados estatísticos, nacionais e comunitários. Estabelece, ainda, o procedimento de transição para a nova CAE-Ver.3, regulando a intervenção do Conselho Superior de Estatística e do Instituto Nacional de Estatística, com o objectivo de assegurar aos utilizadores as condições para uma correcta aplicação da mesma. É revogado o Decreto-Lei n.º 197/2003, de 27 de Agosto. A CAE-Rev.3 entra em vigor a 1 de Janeiro de 2008.</p>
<p><i>Reprivatização da EDP</i> Decreto-Lei n.º 382/2007 - I Série n.º 220, de 15/11</p>	<p>Approva, no âmbito da implementação do Programa de Reprivatizações para o biénio 2006-2007, a 7.ª fase de reprivatização do capital social da EDP - Energias de Portugal, S. A., sociedade aberta. Esta reprivatização efectua-se por intermédio de emissão de obrigações susceptíveis de permuta ou reembolso com acções representativas do capital social da EDP, a emitir pela Parpública, Participações do Estado, SGPS, S. A., até a um montante que não exceda 5% do capital social da empresa. As condições da operação serão definidas posteriormente por Resolução do Conselho de Ministros.</p>
<p><i>QREN - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico</i> Portaria n.º 1462/2007 - I Série n.º 220, de 15/11</p>	<p>Approva o Regulamento que define as regras aplicáveis ao Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT). A presente Portaria entrou em vigor a 16 de Novembro de 2007.</p>
<p><i>QREN - Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME</i> Portaria n.º 1463/2007 - I Série n.º 220, de 15/11</p>	<p>Approva o Regulamento que define as regras aplicáveis ao Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME). A presente Portaria entrou em vigor a 16 de Novembro de 2007.</p>
<p><i>QREN - Sistema de Incentivos à Inovação</i> Portaria n.º 1464/2007 - I Série n.º 220, de 15/11</p>	<p>Approva o Regulamento que define as regras aplicáveis ao Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação). A presente Portaria entrou em vigor a 16 de Novembro de 2007.</p>
<p><i>Licenciamento Instalações de Combustíveis</i> Portaria n.º 1515/2007 - I Série n.º 231, de 30/11</p>	<p>Altera a Portaria n.º 1188/2003, de 10 de Outubro, que regula os pedidos de licenciamento de instalações de combustíveis. A presente portaria introduz alterações em diversos aspectos do licenciamento destes estabelecimentos, designadamente no que se refere às instalações isentas de licenciamento e às que têm licenciamento simplificado.</p>
<p><i>Licenciamento de Instalações de Produtos do Petróleo</i> Decreto-Lei n.º 389/2007 - I Série n.º 231, de 30/11</p>	<p>Simplifica, em cumprimento do Programa Simplex, o licenciamento de instalações de armazenamento de produtos do petróleo de menor capacidade, adequando o respectivo procedimento em função dos volumes armazenados e da respectiva perigosidade. Assim, o presente diploma vem associar ao licenciamento camarário a autorização de construção e de funcionamento das redes de distribuição de gás que são abastecidas por reservatório de gases de petróleo liquefeitos (GPL), evitando-se que o licenciamento do conjunto reservatório/rede seja gerido por duas entidades distintas. Prevê-se também a equiparação, para efeitos de licenciamento, a produtos de petróleo, dos produtos de substituição, tais como os biocombustíveis, que são usados em alternativa ou em mistura com aqueles produtos. No mesmo sentido, explicita-</p>

Assunto Diploma	Sumário
	se a aplicabilidade do diploma aos combustíveis sólidos derivados do petróleo (coque de petróleo), cujas competências de licenciamento eram pouco claras. O presente diploma entra em vigor a 14 de Janeiro de 2008.
<i>Reprivatização da EDP</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º176-A/2007 - I Série n.º 232, de 3/12	Determina várias condições nos termos das quais se vai realizar a 7.ª fase de reprivatização de acções representativas do capital social da EDP, Energias de Portugal, S.A. (EDP), mediante a realização de uma venda directa e emissão, pela Parpública, de obrigações susceptíveis de permuta ou reembolso em acções representativas do capital social da EDP. Assim, é definida a quantidade mínima e máxima de acções da EDP a alienar nesta fase de reprivatização, respectivamente em 135.000.000 acções e 182.826.885 acções. É também regulado o modo de cálculo do montante mínimo da emissão e do preço de referência a utilizar para essa emissão, bem como, quais as instituições financeiras convidadas a apresentar proposta para a subscrição das obrigações e sua colocação junto de investidores institucionais. Determina-se ainda na presente Resolução que as acções reprivatizadas, que não sejam utilizadas pela Parpública para proceder à permuta ou reembolso das obrigações, sejam objecto de dispersão mediante alienação em mercado regulamentado.
<i>Fundo Social Europeu – 2007-2013</i> Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007 - I Série n.º 237, de 10/12 (Suplemento)	Estabelece o regime jurídico de gestão, acesso e financiamento no âmbito dos programas operacionais financiados pelo Fundo Social Europeu. O Decreto agora publicado aplica-se aos PO financiados pelo FSE, designadamente o PO Potencial Humano, o PO de assistência Técnica do FSE e os PO Regionais das Regiões Autónomas. Pelo presente Decreto é revogado o Decreto Regulamentar n.º 12-A/2000, de 15 de Setembro, a Portaria n.º 799-B/2000, de 20 de Setembro, e a Portaria n.º 296/2002, de 19 de Março.

6.3. Em agenda

Evento	Local	Data prevista
Conselho ECOFIN / Eurogrupo	Bruxelas	3 a 4 de Dezembro de 2007
Africa Finance & Investment Forum 2007 "Desbloquear o potencial de Investimento Africano"	Lisboa	5 a 6 de Dezembro de 2007
Conferência PMEs e Empreendedorismo	Porto	6 a 7 de Dezembro de 2007
Cimeira UE-África	Lisboa	7 a 9 de Dezembro de 2007
A Dimensão Mundial da Responsabilidade Social das Empresas: que papel para a União Europeia? (promovido pela Comissão Europeia)	Bruxelas	7 de Dezembro de 2007
Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas (CAGRE)	Bruxelas	10 a 11 de Dezembro de 2007
Cerimónia de Assinatura do Tratado de Lisboa	Lisboa	13 de Dezembro de 2007
Conselho Europeu	Bruxelas	14 de Dezembro de 2007
Reunião de Altos Funcionários ASEM sobre Comércio e Investimento	Lisboa	17 de Dezembro de 2007

Abreviaturas utilizadas

VH	Varição homóloga
VH real	Varição homóloga real
M3M	Média móvel de 3 meses
VH/M3M	Varição homóloga da média móvel de 3 meses
v.c.s.	Valores corrigidos de sazonalidade
VE	Valor efectivo
N/(M12M) N-12	Valor do mês N dividido pela média móvel de 12 meses, centrada em N-12
SRE-VE	Saldo das respostas extremas (valor efectivo)
<hr/>	
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal
BP	Banco de Portugal
BCE	Banco Central Europeu
CE	Comissão Europeia
Eurostat	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IHPC	Índice harmonizado de preços no consumidor
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
FOB	“Free on Board”
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PEC	Plano de Estabilidade e Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto